

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**MARIANA CORREIA RODRIGUES**

**AMÉRICA LATINA:** Um ensaio sobre fatores socioeconômicos e políticos que  
interferiram nos governos progressistas e de esquerda

São Paulo

2018

Mariana Correia Rodrigues

AMÉRICA LATINA: Um ensaio sobre fatores socioeconômicos e políticos que interferiram nos governos progressistas e de esquerda

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profª. Dra. Laura Tavares Ribeiro Soares

São Paulo

2018

## Ficha Catalográfica

RODRIGUES, Mariana Correia

América Latina: Um ensaio sobre fatores socioeconômicos e políticos que interferiram nos governos progressistas e de esquerda/ Mariana Correia Rodrigues. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

63 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Orientadora: Profª. Dra. Laura Tavares Ribeiro Soares

Mariana Correia Rodrigues

AMÉRICA LATINA: um ensaio sobre fatores socioeconômicos e políticos que interferiram nos governos progressistas e de esquerda

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em

---

Profª. Dra. Laura Tavares Ribeiro Soares  
FLACSO Brasil/FPA

---

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Pereira  
FLACSO Brasil

---

Prof. Me. Laerte Fedrigo  
FATEC

---

Prof. Me. Luís Vitagliano (suplente)  
FMU

À minha Mãe, Maria de Lourdes, e ao meu Pai, José Antonio.

Aos incansáveis Defensores dos Direitos Humanos.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha querida Professora Doutora Laura Tavares, orientadora e companheira, a quem devo a dedicação, as horas das madrugadas de empenho nas leituras e correções do trabalho e o carinho e paciência que demonstrou durante todo o processo. Em toda a elaboração da dissertação me senti segura diante dos apontamentos e da base da Professora Laura. Que sorte!

Agradeço com carinho ao Professor Doutor William Nozaki, Coordenador do Curso de Mestrado da Fundação Perseu Abramo, e à Monitora Júlia Tibiriça, que tanto se esforçaram para a efetiva produção acadêmica desse novo projeto da FPA. Às Professoras e aos Professores que participaram do curso, agradeço o compartilhamento de informações e dados. Agradeço também às/aos colegas de turma, que demonstraram forte união para conclusão dessa missão acadêmica em meio ao processo de golpe no país. Deixo registrada minha admiração pelas atividades políticas e sociais que cada uma/um exerce em suas cidades. Ainda, agradeço o pronto aceite para a composição da banca dos professores Eduardo Tadeu e Laerte Fedrigo.

Finalmente, agradeço a minha família, e, em especial, a minha amada Vívian Xavier, que impulsionam os meus anseios acadêmicos e me transmitem paz.

## RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar o recente movimento progressista das últimas décadas na América Latina, mediante as diferenciações dos modelos que resultaram em possíveis integrações regionais e mudanças políticas, econômicas e sociais. A pesquisa das experiências dos países da região, desde a visão histórica até os dias atuais, permitiu avaliar as dificuldades enfrentadas na consolidação das políticas públicas capazes de promover mudanças estruturais. Como avanços, destacam-se a redistribuição de riqueza, forte investimento nas áreas sociais, fortalecimento do mercado de trabalho formal, aumento das parcerias regionais de comércio e no campo político, expansão da soberania diante dos centros de poder e defesa intransigente de práticas democráticas. Apesar disso, foram observadas a manutenção de padrões de dependência com relação aos países centrais e a retomada de práticas neoliberais, como se finalizasse o ciclo progressista na região.

**Palavras-chaves:** América Latina, Integração Regional, Governos Progressistas, Desigualdades sociais.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the integration of Latin America in the face of the recent progressive movement of the last decades, through the differentiation of types that have resulted in political, economic and social appreciation of Latin America. The research of the experiences of the countries of the region, from the historical view to the present day, allowed to evaluate the difficulties faced in the consolidation of public policies. Advances include redistribution of wealth, strong investment in social areas, strengthening the formal labor market, increased regional trade and political partnerships, expansion of sovereignty in the face of centers of power and intransigent defense of democratic practices. In spite of this, it was observed the maintenance of patterns of dependence with respect to the central countries and the resumption of old practices, as if the progressive cycle in the region were finished.

**Keywords:** Latin America, Regional Integration, Progressive Governments, Social inequalities.



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BRICS	Bloco dos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americana e Caribenha
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribenhos
EUA	Estados Unidos
FHC	Ex-Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBAS	Grupo de países Índia, Brasil e África do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Bloco de Países Estados Unidos, Canadá e México
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas

## LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

<b>FIGURA 01</b> – COMÉRCIO TRIANGULAR .....	14
<b>FIGURA 02</b> – A AMÉRICA ESPANHOLA NO SÉCULO XVIII .....	15
<b>FIGURA 03</b> – PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL REUNIDOS EM 2014.....	45
<b>GRÁFICO 01</b> – MERCOSUL: conteúdo tecnológico das exportações ao mundo, 2003-2015 (US\$ milhões) .....	40
<b>GRÁFICO 02</b> – MERCOSUL: perfil setorial das exportações ao mundo, 2003-2015 (% total) .....	41
<b>GRÁFICO 03</b> – DADOS DO MINÉRIO DE FERRO NO MUNDO (1970 - pós-2010) ..	50
<b>GRÁFICO 04</b> – DADOS DO PETRÓLEO NO MUNDO (1990 – pós-2015) .....	50
<b>GRÁFICO 05</b> – CRESCIMENTO DA RENDA, 2001-2011 (%) .....	53

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 PERMEIO HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Antecedentes históricos da região .....	14
1.2 Do conceito de América Latina.....	17
1.3 O pensamento de desenvolvimento tipicamente latino-americano: a heterogeneidade estrutural e a Teoria da Dependência .....	18
1.4 Relação do final dos períodos ditatoriais e as décadas de 80 e 90 .....	22
<b>2 O DESDOBRAMENTO DO PROGRESSISMO NA AMÉRICA LATINA .....</b>	<b>26</b>
2.1 A eleição de Hugo Chávez na Venezuela .....	26
2.2 As diferenciações dos modelos progressistas na América Latina .....	27
2.2.1 Os países que propuseram refundações nacionais .....	28
2.2.2 Os países neodesenvolvimentistas e os mais alinhados aos EUA .....	35
2.3 A integração da América Latina sob a ótica da onda progressista do século XXI .....	36
2.3.1 A perspectiva histórica da integração da América Latina .....	36
2.3.2 Mudanças a partir dos governos progressistas .....	42
2.4 A valorização política, econômica e social da América Latina no século XXI.....	45
2.5 A nova relação da América Latina com a China .....	47
2.6 O crescimento do ódio e o avanço da direita na região .....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Com base nos diversos trabalhos publicados (livros, artigos, ensaios, textos jornalísticos) de estudiosos sobre a América Latina, a frequente volatilidade política e econômica da região, nos permitiu o alcance do contexto histórico, para posterior análise dos dias atuais.

A temática das **desigualdades** de renda, de educação, de poder e de acesso a bens e serviços é central nas análises, e serve como base para início de estudos acadêmicos sobre a América Latina. As taxas dessas desigualdades, em comparação com países de outras regiões, são bastante elevadas, perdendo apenas para algumas sociedades na África.

A partir desta introdutória aferição, afirma-se que essas altas taxas de desigualdades ocasionam elevados custos para toda a região, incutindo na pobreza, na dificuldade de crescimento econômico, especialmente quanto ao acesso ao crédito, ao trabalho e às políticas sociais, ocasionando conflitos urbanos e rurais.

Analisa-se que o tema das desigualdades é central no debate político da região, havendo consenso que um valoroso e expressivo esforço deve ser realizado para alterar esta dinâmica que persiste como característica marcante da história desta parte do mundo. É certo, porém, que a América Latina não pode ser qualificada somente pelas mazelas sociais, tendo em vista as vastas e diversas riquezas culturais, difundida nos livros de Darcy Ribeiro, remontando aos períodos pré-coloniais e sucessivos, como explorada e dizimada econômico, social e culturalmente.

Dando um salto histórico para o final do século XX e o início deste século, trata-se aqui da emergência de alguns governos democraticamente eleitos, cujas principais características revelaram uma aproximação com as demandas sociais, representando uma ruptura com o modelo neoliberal, que já estava se consolidando no período anterior. Como exemplos, temos a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela, de Lula, no Brasil, de Evo Morales, na Bolívia, de Kirchner, na Argentina, de Rafael Corrêa, no Equador, de Bachelet, no Chile, Lugo, no Paraguai e Humala, no Peru.

Esses governos na América Latina representaram um período de forte ascensão social, com uma inédita distribuição de renda, e de primazia do respeito étnico, racial, de renda, sexual e de gênero – em alguns países, como no Brasil, transformadas em políticas públicas específicas. Estas conquistas e avanços se deram mediante uma onda pós neoliberal, de cunho mais desenvolvimentista, com uma, também inédita, interligação dos países da América Latina em blocos.

Apesar disso, diante do protagonismo dos Chefes de Estado regionais e suas políticas inclusivas, certo olhar internacional – sempre acompanhado por forças reacionárias locais - observou com resistência o crescimento econômico da América Latina, articulando-se na tentativa de desmontar o processo crescente de reformas regionais, seja mediante a ruptura democrática, alegações de censuras e fortalecimento da plataforma “anticorrupção”.

O presente trabalho enfoca, assim, o desenvolvimento do **progressismo** na América Latina desde o final da década de 1990, com vistas a transpor os antecedentes históricos de colonialismo, dominada por exploradores europeus, seguida de coronéis, e de extorsões nos períodos proto capitalistas em centros de poder. A escolha deste ciclo latino-americano deveu-se às formas políticas, sociais, econômicas e ideológicas inauditas desenvolvidas na região nesse período pós neoliberal.

Tendo como tema o regionalismo na América Latina e as contribuições do ideário progressista, o presente estudo norteou-se pela afirmação de não consolidação do estreitamento das desigualdades sociais na região.

Desenvolvida a partir do método dedutivo e da técnica de pesquisa bibliográfica, a dissertação está organizada em dois capítulos: o primeiro inaugura o estudo com as bases históricas da região; o segundo avança pelos desdobramentos progressistas na América Latina.

O primeiro capítulo apresenta caráter preambular ao tema, compreendendo o permeio histórico da evolução das colônias do sul do continente americano; identificando o conceito de América Latina; procedendo à ideia de heterogeneidade estrutural; o pensamento de desenvolvimento tipicamente americano; os governos autoritários e o quadro neoliberal dos anos 1990.

O segundo capítulo avança pela contextualização das ideias progressistas na América Latina, iniciando com a eleição do ex presidente, já falecido, Hugo Chávez, na Venezuela, seguindo com as consequentes diferenciações dos modelos adotados no período; a integração da América Latina sob o novo “ar progressista”; a valorização política, econômica e social, além de destacar o papel da China como nova agente de influência no mundo e seu papel no crescimento econômico de alguns países da região, especialmente o Brasil; e o crescimento avassalador do ódio das classes dominantes na região.

A indagação sobre o real avanço do multilateralismo foi apresentada como reflexão para presumíveis convicções de ilusões sustentadas, ao longo das últimas décadas, quanto às reformas dentro do sistema capitalista. Por certo, a análise corrente permite distanciar-se do

período de esquerda na região e conceber o atual avanço das forças de direita, como forma de observação mais clara sobre o já ocorrido.

Após o decorrer do desenvolvimento do trabalho, seguem-se as considerações finais, apresentando os recentes contornos de êxito e fracasso nas políticas públicas implementadas pelos governos progressistas; bem como as referências das obras consultadas e aplicadas para o presente estudo dissertativo.

## 1 PERMEIO HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA

### 1.1 Antecedentes históricos da região

O remonte histórico da América Latina pode ser datado do período de posição específica de exportação de produtos primários para os países europeus dentro da Divisão Internacional do Trabalho. Na lógica da economia complementar em três continentes, a posição da América Latina era de fornecimento de prata, ouro, madeira, cana-de-açúcar e café. Da Europa vinham os produtos industrializados, tendo como seguimento as Revoluções Industriais; e da África vinha a mão de obra escravizada. **Esse comércio triangular redundou na clara dependência econômica das colônias americanas**, já que a inserção era primário- exportadora. No mapa abaixo é possível ilustrar a conformação:



**FIGURA 01 – COMÉRCIO TRIANGULAR**

Fonte: [https://historyabiografias.com/expansion\\_colonial\\_europea/](https://historyabiografias.com/expansion_colonial_europea/)

Apesar das similitudes inerentes às colônias espanholas e portuguesas, é possível perceber que a formação da América Espanhola se deu de forma fragmentada, diferentemente do que ocorreu com a América Portuguesa. O reino espanhol visava criar pequenas capitais a exemplo da sua própria: Madrid. Os centros de poder concentravam-se em Lima, capital do vice-reinado e Cidade do México e depois foram se espalhando por Buenos Aires, Bogotá, Caracas e outros. Potosí, na Bolívia, à época, século XVII, era uma cidade extremamente habitada e rica em razão da extração da prata.



**FIGURA 02 – A AMÉRICA ESPANHOLA NO SÉCULO XVIII**

Fonte: <https://historiagam.wordpress.com/2013/06/03/texto-colonizacao-da-america-espanhola/>



O pesquisador Igor Fuser, na coleção Nossa América Nuestra (2016, p.14), escreve que:

Um símbolo expressivo do destino econômico da Bolívia é a paisagem do Cerro Rico, uma montanha situada nos arredores da cidade de Potosí. Suas entranhas, outrora repletas de prata, **foram esvaziadas pelos colonizadores para alimentar a riqueza do império espanhol.** (grifo nosso)

Completando o raciocínio, FUSER (2016, p.14) explica:

Desde a chegada dos invasores europeus, na esteira da destruição do Império Inca e da conquista do continente por espanhóis e portugueses, o território do que veio a se tornar a Bolívia tem participado da divisão internacional do trabalho na posição subordinada de fornecedor de matérias-primas, exportadas em estado bruto ou apenas com um processamento rudimentar. **Há mais de quatro séculos, os tesouros do subsolo boliviano geram riqueza no exterior, sem trazer benefícios significativos para a população local.** (grifo nosso)

Diferentemente, o Brasil expunha o grande ciclo do ouro, em Minas Gerais, no século XVIII e apresentava somente um centro de poder: o Rio de Janeiro. Nas palavras de Celso Furtado (2007) “A exportação do ouro cresceu em toda a primeira metade do século XVIII e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760 [...]”.

Após as guerras napoleônicas na Europa, Portugal e Espanha perdem o controle absoluto das suas colônias, abrindo espaço para revoltas locais, levantes e processos de independência. Assim, os novos países vão se acomodando à hegemonia da Inglaterra, que no século XIX representa a força industrial do mundo, mas depende de produtos primários e de mão de obra remanescente dos escravos “libertos” e dos imigrantes. Dentre os países latinos, independentes novos, pode-se aferir que a Argentina foi a maior beneficiada da relação com a supremacia britânica, levando-se em conta o limite do desenvolvimento inserido na dependência, já que chegou a assumir as primeiras posições no ranking de economia mundial com a exportação fundamentalmente de carne e trigo. O Brasil, à época, apresentava as monoculturas de café e açúcar - além de trazer consigo uma herança única: a escravidão.

Esta premissa econômico-social preexistente ou a estrutura econômico-social pela qual avançou o capitalismo observa-se pelo reduzido desenvolvimento das forças produtivas e pela natureza de escravo ou servil das relações de trabalho. Assim, o amontoado do período colonial, numa visão internacional, identificou-se intrinsecamente com a Acumulação Primitiva, como já constatara Karl Marx na: A chamada acumulação primitiva, na vigésima quarta parte do livro I de O Capital (1985, p.285).

As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização e o enfiamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva.

A acumulação primitiva de capital nos grandes centros do mundo provocava à América Latina um intenso processo de “desacumulação”. Ficava assim impossibilitada de acumular internamente, pelo escorrimento constante de seus recursos e condicionando a um retardado avanço das forças produtivas e relações de produção nos moldes capitalistas. Por outro lado, aponta para o nível de concentração de terras e a abolição da escravatura como elementos essenciais à acumulação primitiva latino-americana, que acontece no último terço do século XIX. **É essa a marca histórica do nosso capitalismo tardio, dependente e periférico.**

## 1.2 Do conceito de América Latina

Interessante notar que a construção da ideia de América Latina se deu pela França, pós período napoleônico, e inspirada pelo PANGERMANISMO<sup>1</sup> Alemão, ao produzir a ideia de PANLATINISMO<sup>2</sup>, objetivando liderar o mundo latino. Essa teorização advém de uma profunda crise em que a França passava e a necessidade de encontrar soluções na união de Itália, Portugal, Espanha e a América Latina sob sua influência. Exemplo disso se deu em 1870, quando o Rei francês se alocou no México. Os crioulos, descendentes de espanhóis, brancos, concordaram com a construção da identidade latino-americana, porém sem a presença da influência francesa, mas reconhecendo que a civilização era composta por europeus, excluindo-se os indígenas e os negros e o Brasil. Estabeleciam a distinção clara

---

<sup>1</sup> O Pangermanismo era um movimento político do século XIX que defendia a união dos povos germânicos da Europa central. Essa ideologia ganhou grande força com o sentimento nacionalista alemão, e logo depois com a unificação da Alemanha. No Império Austro-Húngaro e na Prússia o sentimento pangermânico se expandiu para os alemães do Leste Europeu afetando minorias alemãs, em grande parte judeus alemães, que sofriam discriminações nos países vizinhos como nas regiões tcheco-eslovacas, Rússia, Polônia Central e Oriental, Países Bálticos, Itália. <http://dicionariportugues.org/pt/pangermanismo>

<sup>2</sup> Doutrina que pretende unir politicamente todas as nações latinas. <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/panlatinismo/12654/>

separando os “bárbaros” desorganizados, vivendo em revolução, sem estabilidade territorial fora da América Hispânica.

Ao longo do estudo das raízes latino-americanas, e com base nas afirmações do professor Mignolo (2007), torna-se possível entender que o status da América Latina foi fundado sobre os pilares de um enquadramento “europeizado”.

Além disso, o traçado dominante do mundo impõe condições subalternas às colônias cotejando que “[...] a colônia não tinha ideias porque não podia ter ideias, não devia tê-las, para melhor servir à Metrópole. [...] tudo isso com o propósito explícito de evitar o surgimento e o desenvolvimento de ideias próprias da terra.” (BRAGA, 2009, p. 72).

Em seguida, começa a ocorrer a transição hegemônica do mundo, em que a Inglaterra inicia o processo de lenta decadência econômica e os Estados Unidos inauguram o período de ascensão. Estados Unidos, Japão e Alemanha tentam desafios contra a potência hegemônica e a historicidade é marcada pelos países latino-americanos orbitando não mais na ótica britânica e sim na estadunidense. Como amostra disso, o Brasil não encontra na Inglaterra um grande comprador de café, já que eles são mundialmente conhecidos pelo vasto consumo de chá, mas tem seu produto reconhecido e bem-aceito nos Estados Unidos.

Assim, após o giro do olhar dos latinos para a potência surgindo no território norte americano, forma-se a ideia do PANAMERICANISMO, através da Doutrina Monroe, especificada pelo jargão “uma América para os americanos”<sup>3</sup>, sob a liderança dos Estados Unidos. Essa transição de influência localiza-se no espaço temporal entre os períodos das grandes guerras mundiais. Dessa forma, é possível marcar a aceleração do processo industrial dos países latino-americanos, já que os países produtores de industrializados na Europa se voltam para as táticas bélicas e para o próprio mercado interno, não comportando vasta exportação.

### **1.3 O Pensamento de desenvolvimento tipicamente latino-americano: Heterogeneidade Estrutural e Teoria da Dependência**

Note-se que, ao fazermos o apanhado histórico dos movimentos coloniais na região, e, em sequência, formos compreendendo as forças dominantes em cada país, percebemos as dificuldades inerentes a cada governo em específico para implantar as medidas mais sociais. Assim, o conjunto da América Latina existe como um “bloco”, mas com uma

---

<sup>3</sup>Uma espécie de “nacionalismo” hoje adotada, no limite, pelo atual presidente dos EUA Donald Trump. Sempre com a hegemonia norte-americana, evidentemente.

**heterogeneidade estrutural**<sup>4</sup>, como expõe o sociólogo equatoriano Agustín Cueva<sup>5</sup>, que é possível aferir como as similitudes da região que resta na unificação e, ao mesmo tempo, perceber elementos pontuais que destilam particularidades em cada um desses países. Por certo, essas diferenciações não tem o condão de separar por completo a análise deles, mas sempre vislumbrando as peculiaridades. A rigor, o conceito original de Heterogeneidade Estrutural diz respeito à convivência de traços do atraso colonial com os de avanços no modo de produção capitalista - relacionado, portanto, ao tipo de Capitalismo vigente na América Latina, denominado de Tardio, Periférico e Dependente. Alguns utilizaram, ainda, o conceito de Subdesenvolvimento - que também traz consigo a ideia de traços estruturais do atraso convivendo com traços do capitalismo mais avançado.

O exercício praticado no trabalho tende a ser justamente o inverso da lógica “todo para o específico”, ou seja, quer se afirmar os permeios estruturais intrínsecos para alcançar a necessidade da totalidade, já que se busca a própria justificação do capitalismo e as formas pelas quais se desenvolve nas formações sociais latino-americanas.

O autor Ruy Mauro Marini, em seu ensaio “Dialética da Dependência” para o livro “O desenvolvimento do capitalismo na América Latina”, expõe que “não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis; porque eram débeis é que se abusou delas”. Esta assertiva “(...) contém uma grande dose de verdade, mas com a condição de ser dialetizada e precisada”. (CUEVA, 1987, p.23).

Justifica,

Dialetizada, para não perder de vista a essência do subdesenvolvimento, que não é outra coisa senão o resultado de um processo no qual as burguesias dos estados mais poderosos abusam das nações economicamente débeis, aproveitando exatamente essa condição, uma vez que esses abusos perpetuam e até aprofundam tal debilidade, reproduzindo em escala ampliada, ainda que em modalidades variantes, os mecanismos básicos de exploração e dominação.

Esta argumentação exorbita o conjunto de questões da relação entre as nações subordinadas (ou periféricas) e o centro imperialista; conectando, de maneira própria, sobre as formações sociais preexistentes. Reintegrando o conceito de debilidade, no tocante ao conceito de debilidade inicial, que para CUEVA (1987, p.23) seria uma configuração da

---

<sup>4</sup> Conceito originalmente construído por pensadores ligados à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe).

<sup>5</sup> “Pensador multifacetado, Agustín Cueva soube combinar a crítica literária, a pesquisa sociológica, a docência universitária e a atividade política. Sua lucidez, suas profundas convicções, seu espírito crítico e seu compromisso com as causas libertárias fizeram dele uma referência indispensável para o estudo do pensamento social no continente”. Fonte: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cueva-agustin>

herança colonial, as condições objetivas herdadas do período colonial garantiriam à América Latina uma inserção no sistema capitalista mundial nas seguintes condições:

A plena incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este alcança seu estágio imperialista no último terço do século XIX, não ocorre a partir de um vazio, e sim sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase proto imperialista.

O tópico da industrialização forçada<sup>6</sup> dos países latino-americanos pode ser associado ao estágio de transformação das estruturas econômico e social destes, a exemplo da Revolução Mexicana, Guerra Civil no Chile, Vargasismo no Brasil e Peronismo na Argentina, ou seja, governos industrializadores que visam também conceder direitos aos trabalhadores, identificando o surgimento da nova classe proletária. A industrialização, portanto, nos países latino-americanos, tem como fonte motora a substituição das importações, primeiro pela capacidade ociosa dos bens que não conseguiam mais importar e, em seguida, pelo próprio fomento nacional, a partir dos anos 30.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidam o grande papel hegemônico do mundo, instituindo os acordos de Bretton Woods<sup>7</sup>, o Fundo Monetário Nacional e o Banco Mundial. Assim, o longo século XX apresenta a hegemonia dos Estados Unidos, gerando, logicamente, um aprofundamento dessa órbita e dependência da América Latina com relação a superpotência.

Desde então, manifesta-se um pensamento de desenvolvimento tipicamente latino-americano, levantado primeiramente pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), a partir dos anos 50, que percebendo a sequência histórica parecida e que esses países exercem funções parecidas, um grupo de intelectuais dentro das ONU, vai pensar o desenvolvimento da América Latina como um todo, como o brasileiro Celso Furtado e o argentino Raúl Prébisch (que é o primeiro latino-americano a desenvolver o conceito de centro-periferia), e buscar dar soluções econômicas mais endógenas e autônomas para a região.

<sup>6</sup> Distinguida como forçada porque representou a transformação do latifúndio “atrasados”, com relação ao desenvolvido nos países centrais, em latifúndios capitalistas.

<sup>7</sup> Na Conferência de Bretton Woods, realizada há sete décadas no Estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, os representantes das nações, incluindo o Brasil, estabeleceram as diretrizes de uma nova ordem econômica global. Um dos objetivos da reunião era a reconstrução do capitalismo, estabelecendo regras (continua) financeiras e comerciais e evitando crises como as registradas após a Primeira Guerra (1914-1918), notadamente a Grande Depressão dos anos 30. Durante o encontro de cúpula foram criadas instituições voltadas para tentar alcançar essa estabilidade: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird ou Banco Mundial). Fonte: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/conferencia-de-bretton-woods-decidiu-rumos-do-pos-guerra-criou-fmi-13310362#ixzz4sIXAQIO3>

Destarte, nessa primeira conformação da CEPAL e desse pensamento de desenvolvimento latino-americano há um incômodo dos EUA, pelo receio de haver uma futura competição com os produtos do Centro (EUA e Europa). Com o tempo, o esforço de industrialização da região, mediante a ideia “desenvolver-se é industrializar-se”, buscando adquirir autonomia, conquistar um mercado próprio e alcançar inserção no mercado externo começa a esbarrar numa problemática nova, já que na medida em que os países vão se industrializando, são necessárias máquinas, equipamentos de produção da Inglaterra, e as empresas externas percebem que fica mais barato produzir nos países latino-americanos do que nos países centrais, em razão dos inúmeros benefícios e isenções concedidas pelos governos, além da mão de obra mais barata (como é o caso da Volkswagen).

Pode-se aferir que os países centrais abriram um forte olhar para esse processo de industrialização na região, inicialmente visando vender produtos e maquinários para a instalação e mecanização, ao passo que os próprios países do centro transferem os parques setoriais, com a planta industrial atrasada, reaproveitada com relação àquelas produzidas na Alemanha, por exemplo. A obtenção de lucro desse processo agrada muito as potências, tanto no envio dos bens de produção, quanto no pagamento de royalties de propriedade intelectual e ainda, posteriormente, no envio de planta industrial atrasada, garantindo sobrevida ao todo já ultrapassado.

Neste ponto, é possível distinguir e analisar as teorias de centro-periferia (que destaca essa troca desigual) e da dependência, no momento em que mesmo a industrialização, que é representada no mundo com noção de evolução, no caso da América Latina reafirma a histórica dependência construída ao longo do tempo colonial. Prefere-se, no presente estudo, ao invés de separar por teorias da dependência, entender que a teoria resta uma e divide-se na corrente weberiana e na corrente marxista.

A corrente weberiana possui como defensores o ex presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex ministro e atual Senador José Serra e o sociólogo chileno Enzo Faletto (que foi quem escreveu, juntamente com FHC, o livro sobre a Teoria da Dependência<sup>8</sup>); e compreende a ideia de que como o mundo apresenta essas características de desenvolvimento e subdesenvolvimento há muitos anos, a real necessidade dos países latino-americanos é envolver-se nessa lógica, aceitar os paradigmas e tentar se encaixar em algum papel de coadjuvante, já que resta impossível transpassar a consolidada primeira posição de protagonista mundial. Esta corrente aceita a dependência advinda de todo o período histórico.

---

<sup>8</sup> Aliás, atribui-se a ele, Faletto, grande parte da autoria da Teoria da Dependência.

A corrente marxista, de cunho revolucionário, compreende a necessidade de romper com a lógica de dependência para produzir um modelo de desenvolvimento próprio. Busca-se, além disso, um rompimento efetivo com o sistema capitalista.

No momento em que na região se pode optar por um modelo de industrialização com taxas de lucro adequadas às classes produtoras ou dividir um pouco do “bolo” e criar uma espécie de *Estado de Bem Estar Social*, com proteção ao trabalho dos setores econômicos estratégicos, além de fomentos públicos ao processo de desenvolvimento, começaram a surgir em cadeia processos de golpes militares nas décadas de 60 e 70, patrocinados pelos Estados Unidos. Estes buscavam manter as taxas de lucros das multinacionais e investiram em diversos programas autoritários de ditaduras militares na América Latina. A saber os governos golpeados, cita-se o de Salvador Allende, no Chile, com um modelo de socialismo democrático; o reformista do João Goulart, no Brasil; do Arturo Frondizi, na Argentina; do Víctor Paz Estenssoro, na Bolívia; do autogolpe no Uruguai, entre outros.

#### **1.4 Relação do final dos períodos ditatoriais e as décadas de 80 e 90**

O ciclo desenvolvimentista do século XX, com o Estado fomentando a indústria, tanto Estatal, nacional, internacional ou mesmo multinacional, entra em colapso ao final da década de 80, a partir da crise da dívida dos anos 80 e do esgotamento do padrão de financiamento do Estado no capitalismo latino-americano. Acrescente-se a persistência da interferência política dos EUA em países da AL, como na Revolução Sandinista na Nicarágua. Refere-se, portanto, os anos 80 como um tempo de crise, razão do final de todas as ditaduras na região que já não interessavam mais aos EUA. Isto se refere ao aspecto econômico, já que do ponto de vista político esse período foi marcado pelas redemocratizações de muitos países, inclusive o Brasil, com intensa mobilização social. Essa coincidência do período de redemocratização com crise econômica foi o caldo de cultura para a posterior “conversão” (no caso do Brasil, tardia, em relação a outros países latino-americanos) à ideologia neoliberal.

Os anos 90 (especialmente no Brasil, já que em outros países da América Latina esse processo é anterior), despertam com a ideia de “fim da história” após a queda do muro de Berlim na Alemanha, instante do final da Guerra Fria, fim do mundo bipolar, fim da U.R.S.S., restando o mundo unipolar, globalizado, o nascedouro do neoliberalismo, das práticas privatistas, abertura econômica, livre mercado, especialmente com livre circulação do capital financeiro dominante e derrubada das barreiras econômicas - por parte dos países dependentes

como os nossos. A marca brasileira neste período foi a implantação do plano real, com a paridade com o dólar, trazendo muita moeda estadunidense para manter a política de equalizar as moedas. A vizinha Argentina emplacou a mesma medida financeira muito antes (já que o ideário neoliberal nesse país vinha desde o período ditatorial, muito menos nacionalista que o nosso, onde o patrimônio argentino já começava a ser vendido e privatizado)<sup>9</sup>.

No Brasil, segundo análise do professor Rodrigo de Souza Dantas, no artigo escrito para o livro *Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois* (2014, p. 21):

Se observarmos atentamente cada uma destas determinações estruturais do projeto de país levado a cabo pela ditadura, veremos que sua herança não se dissipou com o fim do regime militar; pelo contrário, hoje podemos identificar muito claramente até que ponto sua realização logrou assentar as bases do desenvolvimento do país dos anos 1970 até hoje. Os limites estruturais do regime despótico de acumulação que foi imposto a ferro e fogo pela ditadura militar-empresarial-imperialista foram claramente evidenciados no final dos anos 1970. A dependência dos capitais imperialistas gerou o endividamento externo sem precedentes do país, cuja economia não resistiu à elevação das taxas de juros praticada nos EUA, que transferiram aos países dependentes os pesados custos da primeira grande crise econômica mundial do pós-guerra.

Na mesma toada,

O Brasil é um país peculiar, cuja dramática especificidade é a de unir as pontas do arcaico com o moderno, sempre pelo alto. As imposições “modernas” ou pós-modernas”, apregoadas como virtudes urgentes, são disseminadas como necessidade incontornável. Sempre, porém, com a condição que as formas arcaicas precedentes sejam conservadas. Esse é o país da escassez de rupturas e do exagero da reação e do conservadorismo, expressos em contrarreformas, revoluções passivas e que tais. Com isso, perduram velhas discriminações, às quais se acrescentam novas, recém-importadas ou inventadas por aqui mesmo; os mesmos nomes e famílias se perpetuam no mando, os nomes das ruas remetem aos barões, aos viscondes e aos novos ricos, desconsiderando as desigualdades que provocaram e que agora atravessam, congelados como artérias de cidades devoradora. (Dantas, 2014, p. 09)

A questão que se estabelecia de um processo amplo de abertura econômica, tanto no Brasil, quanto na Argentina, do modelo de crescimento já baseado na etapa da financeirização do capital, com a aplicação, por exemplo, dos juros do cartão de crédito, associado ao consumo desenfreado e à proximidade com o vizinho prateado, ao passo de ser perceptível um aumento excessivo do turismo “de lá pra cá”, em uma medida a conta desse processo de financeirização (também tardia e dependente do dólar americano) em nossos países veio. O

---

<sup>9</sup> Ver filme “La hora de Los Hornos” do cineasta argentino Fernando Solanas e Octavio Getino.



crescimento e a estabilização econômica ancorados no dólar americano foi praticamente uma medida adotada por todos os países da América Latina, com exceção de Cuba.

Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, Carlos Menem, na Argentina, Alberto Fujimori, no Peru, Carlos Salinas, no México, Andrés Pérez, na Venezuela, Lozada, na Bolívia, Alberto Lacalle, no Uruguai e Patricio Aylwin, no Chile foram os presidentes que surfaram na onda, respeitadas as diferenças culturais e assimetrias, da década de 1990.

Mas essa política cambial trouxe consequências ruins muito rapidamente para os países da região e do mundo. No México (que já tinha sido o primeiro em sofrer a crise da dívida externa - quando o Brasil, na contramão, fez a moratória da dívida - nos anos 80) ocorreu o Efeito Tequila<sup>10</sup>, crise financeira dos Tigres Asiáticos em 1997<sup>11</sup>, Moratória Russa em 1998<sup>12</sup>, crise no Brasil em 1999 e na Argentina em 2001 e no Uruguai em 2002.

A adoção de medidas de ajustes neoliberais, no concluir da Professora Laura Tavares (2001, p. 181):

Este processo – **causado por políticas deliberadas de ajuste e não por uma ‘fatalidade global’** - é um dos principais mecanismos geradores de exclusão hoje no Brasil e na América Latina, trazendo consequências muitas vezes fatais para aqueles que dependem, cada vez mais, do setor público para sua sobrevivência. (grifo nosso)

O Estado com o viés desenvolvimentista foi abandonado a favor da teoria neoliberal, já que o novo paradigma apontado por Margaret Thatcher, na Inglaterra e Donald Reagan, nos Estados Unidos apresentava-se como a única solução ocidental para a imersão da década perdida.

Os Estados latino-americanos, por certo, estavam completamente desestabilizados monetariamente e com inflação. Desse modo, nasce o neoliberalismo com características intrínsecas aos países da região sul da América, como a redemocratização dos Estados que

---

<sup>10</sup> “O atrelamento do peso ao dólar pelo governo Salinas estimulou as importações, produzindo um *déficit* brutal na balança de pagamentos e a quebra de boa parte da indústria mexicana. Dependendo cada vez mais dos capitais externos e voláteis, o governo mexicano passou a emitir títulos públicos atrelados ao dólar, o que comprometeu gravemente as reservas cambiais. [...] Por seu efeito contaminador, a crise mexicana ficou conhecida como **Efeito Tequila**. Produziu uma desvalorização generalizada dos títulos de países emergentes, especialmente dos latino-americanos”. **Fonte:** <http://memorialdademocracia.com.br/card/crise-do-mexico-traz-impactos-ao-brasil>

<sup>11</sup> “Em 1997, **países do Sudeste e Nordeste asiático** enfrentaram crise financeira que desvalorizou fortemente suas moedas, derrubou suas Bolsas de Valores, interrompeu o crescimento econômico e se estendeu ao plano político, com a queda de governos”.

**Fonte:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2012200604.htm>

<sup>12</sup> “O governo russo, com menos recursos, se viu sem condições de pagar dívidas externa e interna. Não tinha recursos para pagar salários de funcionários públicos, militares e manter serviços estatais, como hospitais. Bancos russos entraram em crise, por causa de quedas nas Bolsas e fuga de capitais”. **Fonte:** <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u86539.shtml>

estavam sob a égide autoritária e o forte liberalismo econômico no modo de abertura do comércio local ao comércio global. Preconizava-se a chamada *mundialização* ou *globalização* (que alguns autores latino-americanos, como Maria da Conceição Tavares e José Luis Fiori, chamaram de *globalização excludente*).

Os Estados Unidos permaneceram alargando sua margem de influência internacional e avançaram na construção de uma extensa estrutura de poder militar, alcançando a notória supremacia militar em solo, nos oceanos e nos espaços aéreos, e segue Fiori (2013, p. 33):

O poder da economia e dos mercados financeiros norte-americanos impôs aos “mercados globais” um novo sistema monetário internacional, baseado no dólar e sem nenhum tipo de base metálica, apoiado apenas na “credibilidade” do poder global e da dívida pública dos EUA. Como consequência, nas duas décadas depois do fim da Guerra Fria, os EUA acumularam poder e riqueza numa velocidade sem precedente na história do próprio sistema capitalista mundial.

Na tônica, é possível concordar com a análise do Professor Emir Sader<sup>13</sup> (2010) na identificação de que:

**A década de 1990 foi das piores que a América Latina já viveu.** A crise da dívida - com suas consequências: FMI, cartas de intenção, ajustes fiscais, etc. - e as ditaduras militares abriram o caminho para que se impusessem governos neoliberais em praticamente todo o continente. Passamos a ser a região do mundo com a maior quantidade de governos neoliberais e com suas modalidades mais radicais. (grifo nosso)

---

<sup>13</sup> *A década da América Latina*. Artigo publicado originalmente no Correio Braziliense em 2010. Disponível em: <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art430.asp>.

## 2 O DESDOBRAMENTO DO PROGRESSISMO NA AMÉRICA LATINA

### 2.1 A eleição de Hugo Chávez na Venezuela

A eleição de vários governos de cunho progressista e de esquerda na América Latina foi sintoma de um esgotamento profundo das políticas neoliberais adotadas a exaustão na década de 1990. A promessa de valorização e equiparação dos países periféricos aos centrais na área econômica não se consolidou de forma efetiva, bem ao contrário, foram produzidas mais pobreza, miséria e desemprego - além de não resolver, e em alguns casos agravar, a própria situação econômica desses países, com destruição das indústrias nacionais, aumento das dívidas externa e interna, agravamento do déficit fiscal, etc.. As populações dos países latino-americanos tornaram-se, mais uma vez, trampolim para novos voos alçados pelas potências europeias e, sobretudo, os Estados Unidos. Foi um período em que também não se concebia a crítica imediata ao novo modelo único, apresentado como “a solução” mágica para as crises das décadas de 1980 e de 1990 no mundo.

Nessa linha, a marca principal da ruptura com o *neocolonialismo* neoliberal na América Latina foi, reconhecidamente, a ascensão ao poder de Hugo Chávez<sup>14</sup> na Venezuela, com a eleição em 1998 e início do governo em 1999. Compreende-se que, nesse momento, novos ventos são apontados na região, como uma “hora da virada”, com direção distinta aos padrões econômicos, políticos, sociais e financeiros até então adotados. O modelo liberalizante havia sido imposto à revelia das preocupações maiores da população como um todo.

A condução política que ganhou fôlego no final dos anos 1980 e vigorou por boa parte dos anos 1990, assentada sob um discurso muito apelativo de *modernização* da América Latina, de conexão absoluta com os principais centros de comercialização e de produção do mundo, restou frustrada ao longo dos anos e das práticas políticas.

---

<sup>14</sup> “Proveniente de uma família humilde de origem camponesa e de professores primários, Chávez nasceu em 1954, no povoado de Sabaneta, em Barinas no noroeste venezuelano. Cresceu em um casebre, onde foi educado pela avó materna. No Exército, fundou o Movimento Bolivariano Revolucionário 200, que se tornou o alicerce de sua carreira política. Em fevereiro de 1992, o então tenente-coronel Chávez liderou um golpe de Estado contra o governo de Carlos Andrés Pérez. Fracassada a intentona, Chávez foi preso. **Em 1999 foi eleito presidente e promoveu uma Assembleia Constituinte que criou as bases de seu projeto político. Ele estabeleceu uma política nacionalista, atacou latifúndios e promoveu uma onda de nacionalizações em setores estratégicos – petróleo, siderurgia, telecomunicações, eletricidade e parte do setor alimentar**”.(grifo nosso). **Fonte:** [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103\\_obituario\\_chavez\\_cj.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/03/130103_obituario_chavez_cj.shtml)

Primeiramente, essa rotina apresentou saturação na Venezuela em 1998, mas foi se alastrando pari passu pelos países da América Latina. Interessante notar que o esgotamento se deu de forma a romper, sem grandes traumas, a institucionalidade, em um primeiro momento, diferentemente do que ocorreu nos anos de 1950 a 1970 em toda a região, em que a ruptura levou aos processos ditatoriais.

Dessa forma, Hugo Chávez inaugura, claramente, o chamado “novo progressismo” na América Latina na virada do século XX para o século XXI. Esse período marcado também pelo símbolo pós-neoliberal, apresenta características emblemáticas para a região, tais como: relação efetiva do aumento da qualidade de vida da população, ou seja, os índices de pobreza na América Latina foram significativamente reduzidos na primeira década dos anos 2000, os níveis aumentados do acesso à educação, o acesso à saúde foi melhorado, assim como o acesso ao saneamento básico; uma maior inserção da América Latina nas relações internacionais, sejam elas políticas, sociais, econômicas ou culturais, fazendo que a região apresentasse uma imersão com mais altivez, mais espaço e mais autonomia para discutir questões globais; e, conseqüentemente, ocorreu uma diminuição significativa do grau de ingerência (de influência) da potência imperialista norteamericana nos rumos e tomadas de decisão dos países da América Latina.

Esses três aspectos podem ser classificados, notadamente, como os principais eixos para qualificar a ideia do progressismo, ou mesmo de governos de esquerda, no território latino-americano. Apesar disso, não há como tomar todas as visões dos governos que vieram a seguir em conjunto, como se representassem somente uma noção de mudança, um mesmo tipo de política social ou mesmo econômica, ou ainda, que todos buscassem alcançar os mesmos objetivos.

## 2.2 As diferenciações dos modelos progressistas na América Latina

Considerando as conformações estruturais de cada país da América Latina ao longo da história e, principalmente, nessa década de 2000 do século passado, apreende-se, sem a finalidade do esgotamento sumário do tema, três grandes grupos de países que apresentaram paridades nos procedimentos políticos para facilitar a assimilação das programações e execuções.

O primeiro grupo a ser destacado refere-se aos que praticaram e tiveram incidência de uma espécie de **nacionalismo revolucionário**: Venezuela, Equador e Bolívia. Foram

nesses três países em que mais se avançou nesse tipo de progressismo e que tiveram marcadamente uma postura nacionalista com apontamentos revolucionários.

Um segundo grupo de países, que podem ser dotados da alcunha de **reformistas** ou de **neodesenvolvimentistas**, que não apuraram uma iniciativa específica de refundar o sistema capitalista, de alterar suas bases, de trocar sua estrutura, mas de tentar apresentar um suporte mais digno para a população mais empobrecida. Neste grupo, podemos encaixar o Brasil, a Argentina, o Uruguai, Chile, estes com mais relevância, ainda o Paraguai com o suspiro do presidente Fernando Lugo<sup>15</sup> e, talvez, o início do governo do presidente Ollanta Humala (2011)<sup>16</sup> no Peru, já que ao longo do governo há o norte mudado para um tipo de reformismo mais conservador.

O terceiro grupo de países pode ser considerado dentro de um eixo mais **alinhado às políticas estadunidenses**, que não embarcaram a fundo nessa grande transformação que vigorou na América Latina na última década, como a Colômbia, o Peru, com o interregno do Ollanta Humala, o Paraguai, após o processo de golpe e destituição do Fernando Lugo e o México. Estes países não participaram em grau de decisão da onda progressista que vigorou na região, a despeito de alcançarem algum avanço econômico (visto apenas como crescimento do PIB) sem interferir na qualidade de vida da maioria da população - sobretudo da mais pobre, do ponto de vista socioeconômico.

### 2.2.1 Os países que propuseram refundações nacionais

Considerando, em linhas gerais, essa diferenciação em grupos, o que mais caracteriza a inserção nos moldes acima é o nível de radicalismo político que cada país imprimiu dentro da onda progressista. No primeiro bloco, nacionalismo revolucionário, houve um aprofundamento do radicalismo político, principalmente no tocante a transformação sistêmica, ou seja, uma forma de se inserir no sistema internacional de forma mais soberana. Essa soberania restou completamente inegociável, sem a presença rotineira de concessões dentro da emergência desses governos. Bolívia, Venezuela e Equador, cada um à sua maneira,

<sup>15</sup> “[...] **O veloz processo de impeachment contra o presidente paraguaio Fernando Lugo teve o final desejado pelos conservadores do país** [...] Lugo foi eleito em 2008 com 41% dos votos e interrompeu seis décadas de poder do Partido Colorado, incluindo 35 anos de governo militar. Apesar de nunca ter tido maioria no Congresso, Lugo mantinha-se com poder por meio da aliança com o PLRA (Partido Liberal Radical Autêntico), de Federico Franco, seu vice-presidente. A aliança entre ambos foi rompida em 2011”. **Fonte:** <https://www.cartacapital.com.br/internacional/senado-paraguaio-destitui-lugo-e-golpe-relampago-e-consolidado>

<sup>16</sup> “[...] Em seu discurso da vitória, Humala disse que fará um governo de união e prometeu promover crescimento econômico com inclusão social”. **Fonte:** <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ollanta-humala-e-eleito-novo-presidente-do-peru,728544>

perseguiram a refundação dos seus países, mediante o radicalismo político, o que foi possível constatar nos discursos sucessivos à posse dos presidentes Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Corrêa.

Como exemplo, a Venezuela, após a eleição do Chávez, é reconhecida como a Venezuela da V (Quinta) República<sup>17</sup>, depois instituída como República Bolivariana da Venezuela (assim como se pode estudar no Brasil as diferenciações entre a República Velha, a República pós-1988), a saber:

Un buen día surge otra alternativa política y el pueblo cansado de tanta ignominia adecopeyana decide romper con aquella semi-dictadura disfrazada de democracia, siendo entonces que por intermedio del extraordinario poder que le da el sufragio popular impone por alta mayoría en la Presidencia de la República a Hugo Chávez Frías, quien en 1.999 retoma en forma irrevocable los ideales bolivarianos y es así como comienza lo que hoy se llama QUINTA REPÚBLICA. (AMELIACH, 2012)

Na Bolívia, quando se teve a discussão de um **Estado Plurinacional**, a partir de Evo Morales, é possível também identificar o sentimento de refundação do país, com a abordagem do Estado que demanda discussão democrática e Constituição. A integração entre democracia e Constituição permeou a noção de “democracia com segurança”<sup>18</sup>, que se transpassou com o tempo, na visão de que, a vontade da maioria apresenta limitações, concebidas na obrigatoriedade de respeitar os direitos das minorias e nos fundantes petrificados de qualquer constituição: os direitos fundamentais. (MAGALHÃES, 2010). Nessa mesma ordem de sentido, SANTOS (2001) sustenta que é preciso remodelar a democracia porque a crise do Estado neoliberal é irreversível. Segue assim:

“Necesitamos inventar la democracia en el sentido intercultural y el Estado en el sentido plurinacional, porque el Estado liberal moderno no va a volver. Su crisis es irreversible y, por eso, lo peor que puede pasarnos nosotros no seamos capaces de vivir este período con gran intensidad democrática y con un sentido más profundo, más inclusivo de lo que es la bolivianidad”.

Nessa linha, em razão dos acúmulos históricos de complexidades, não há justificativa plausível para se fechar em uma restrita e unitária concepção de Estado.

<sup>17</sup> Conforme o trecho do artigo de José Ameliach: “*Venezuela está viviendo una época revolucionaria de mucha relevancia histórica, reconocida mundialmente, por lo que era menester diferenciar este acontecer político con cualquier otro, por ello el líder de esta revolución escogió el nombre de Quinta República*”. **Fonte:** <https://www.aporrea.org/ideologia/a150406.html>

<sup>18</sup> **Fonte:** <http://joseluzquadrosdemagalhaes.blogspot.com.br/2011/04/302-artigos-o-estado-plurinacional-na.html>

“O estudo e a compreensão do Estado passa pelo mesmo problema. Ou seja, para compreender o Estado é necessário associá-lo à sua história, ao histórico das sociedades e de seu comportamento delimitado num dado contexto no tempo e no espaço. É preciso buscar as motivações e os jogos do poder. É preciso buscar os desejos ocultos, os interesses em conflito. Se não fizermos isto, o estudo do Estado e do Direito corre o risco de remeter os seus estudiosos a mundo fictício” [...] (MAGALHÃES, 2010).

A Bolívia, portanto, buscando a refundação do seu país, tentou romper com a lógica de instabilidades políticas e dificuldades de manutenção de um governo e de um projeto de Estado durante toda a sua história, com aproximadamente 190 anos de nação independente e 155 presidentes, que atravessou a Bolívia como nenhum outro país da América Latina. Neste prisma, quando há a valorosa busca pela refundação e de assentar bases para o governo plurinacional, há também a inauguração de uma era completamente distinta.

O Equador, apesar de inserido neste primeiro bloco, foi dos três países listados acima que apresentou menor fôlego na mudança mais estrutural, mais radical, das suas raízes enquanto nação, mas, ao mesmo tempo, desenvolveu um enfrentamento com relação aos privilégios das classes internas e alguns embates internacionais que poucos países fizeram.

No tocante ao bloco, os países apresentam características semelhantes que permitem uma análise por grupos, excluindo os processos vividos pelos vizinhos. Os três países, na ideia de refundação das suas repúblicas, apostaram, desde o início, em mudanças constitucionais para poder dar vazão às grandes conquistas sociais que os governos pleiteavam para um futuro próximo. Como exemplo, quando Chávez se elegeu como uma de suas primeiras iniciativas a elaboração do primeiro Referendo Plebiscitário para eleger uma Assembleia Nacional Constituinte. A população venezuelana foi convocada para ir às urnas duas vezes: para aprovar a Constituinte no Plebiscito e depois para votar nos congressistas que redigiram uma nova Constituição. Após, por iniciativa inédita, Chávez submeteu a nova Constituição a um novo processo de Referendo, para analisar as adequações vindouras, além de convocar eleições gerais, inclusive para Presidente da República, onde ele foi eleito pela segunda vez<sup>19</sup>.

Desse modo, pode-se qualificar os procedimentos adotados na Venezuela com viés de aprofundamento democrático bastante expressivo com o processo de transformação da carta magna, que não se observou com tanta nitidez na Bolívia e no Equador. Mas todos eles tiveram a iniciativa de tentar criar respaldo jurídico institucional para todo o planejamento de transformações que pretendiam executar nas repúblicas. **O embasamento jurídico-**

---

<sup>19</sup> Chávez foi o único Presidente da América Latina que colocou seu cargo à disposição de um Referendo e de novas eleições.

**constitucional deu garantia e legitimidade ao encadeamento nacional revolucionário desses países**, que, por vezes, alterava a fundo toda a estrutura jurídica institucional que havia sido desenvolvida ao longo da história até então.

No Governo boliviano também existe uma nova Constituição, após uma reforma Constitucional, orientando o país com algumas mudanças bastante substantivas, como a conflagração do Estado Plurinacional, em que existam instituições que possam dar cabo de fazer valer a dignidade dos povos originários bolivianos. O aparente mero detalhe da Bolívia ter um índio no comando do país é algo completamente inédito na história; o país nunca experimentou vivenciar essa oportunidade, apesar de ter grande parte de sua população identificada com os povos originários. “[...] Os sujeitos da política e a institucionalização real do poder moveu-se para o âmbito do pobre e do indígena”, assegura Linera (2012) na entrevista concedida ao jornal mexicana La Jornada<sup>20</sup>:

Na Bolívia, o fato fundamental que vivemos é que aquelas pessoas, a maioria da população de antes e de agora, os indígenas, a quem a brutalidade da invasão e os sedimentos centenários da dominação estabeleceram no próprio sentido de classes dominantes e classes dominadas que estavam predestinados a serem camponeses, trabalhadores de postos inferiores, artesãos informais, porteiros ou garçons, **hoje são ministros e ministras, deputados, senadores, diretores de empresas públicas, redatores de constituições, juízes máximos da justiça, governadores; presidente.** (grifo nosso)

Para consolidar, Linera (2012) segue:

Nos dias atuais, para influir nos pressupostos do Estado e para saber a agenda governamental não adianta andar de braços dados com altos funcionários do Fundo Monetário, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com as embaixadas estadunidenses ou europeias. **Hoje, os circuitos do poder estatal passam pelos debates e decisões das assembleias indígenas, operárias e de bairros.** (grifo nosso)

De forma irônica, conclui:

O fato da abertura do horizonte de possibilidade histórica dos indígenas, de poderem ser agricultores, operários, pedreiros, empregadas, mas também chanceleres, senadores, ministras ou juízes supremos, é a maior revolução social e igualitária que ocorreu na Bolívia desde sua fundação. ‘Índios no poder’, é a frase seca e depreciativa com que as deslocadas senhoras classes dominantes anunciam a hecatombe desses seis anos.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/506516-o-povo-boliviano-vive-a-maior-revolucao-social-afirmagarcia-linera>



Assim, quando Evo Morales incorpora a ideia do Estado Plurinacional e cria um aparato jurídico institucional para defender a nova forma de governo, a Bolívia acena para toda a sua elite e para toda a América Latina que foi pensado um modelo diferente de governar, que tem preocupações com as suas próprias condições, que virou o olhar para o espaço interno, que não vai repetir um passado colonial duro, de uma inserção meramente de produção daquilo que era demanda externa, ou ainda que, nas palavras de Darcy Ribeiro (2015), inverteu a lógica que América Latina foi um continente que nunca existiu pra si mesmo. Nisso, infere-se que a América Latina nunca conseguiu conceber uma matriz de produção e distribuição para atender a sua própria população; sempre historicamente esteve orientada para aquilo que existia lá fora, para aquilo que os outros queriam que nós produzíssemos e enviássemos para lá.

No caso equatoriano, é possível entender a refundação da República na chamada Revolução Cidadã, que visou atender parâmetros novos de dignidade, de equidade social, que até então não vigorava, e que também pautou a ideia de uma nova carta magna para que as transformações também possam ir além, com legitimidade. “A nova Constituição foi aprovada em 2008 por meio de um referendo popular e desde então a Revolução Cidadã impulsionou uma série de políticas inovadoras para garantir justiça social e combate à desigualdade [...]”. (SERAFINI, 2017).

Dessa forma, é possível concluir que essa iniciativa de buscar, através da força constitucional que embasasse as grandes transformações, e efetivar as políticas públicas a elas dirigidas, gerou uma configuração diversa do que foi visto na modelagem reformista. Os casos venezuelano, boliviano e equatoriano apresentaram uma maior qualidade de vida de suas populações, especialmente as historicamente excluídas do processo de desenvolvimento até então, o que aconteceu em razão de uma redistribuição da riqueza, provocando, de fato, um conflito distributivo sobre o excedente econômico que esses países produziam.

A exemplo disso, se for pego o bolo do excedente de exportação de petróleo que a Venezuela tinha, a massa de recursos não ficou mais diretamente com a elite e as sobras distribuídas para o restante da população; o Estado Nacional se apropriou do excedente e começou a reconfigurar a forma pelo qual ele era dividido entre a população. Esse é um dos pontos que mais determinam o grau de virulência que a elite venezuelana apresenta desde 1999 e mais marcadamente nos últimos anos. A elite da Venezuela foi atacada no âmago naquilo que tinha de mais elementar, ou seja, o rentismo petrolífero, sobre a qual assentou as bases de privilégios no país. Nessa linha, faz-se necessário elencar a análise de GALEANO (2010), no que ensina, que, quando um Estado se apropria de um recurso natural, há que se

perguntar logo em seguida quem controla esse estado, já que tivemos ondas nacionalistas no decorrer do século XX<sup>21</sup>. A Venezuela passa a ser configurada por cinco diferentes ondas de nacionalização do Petróleo (Bérgamo, 2017), enquanto a Bolívia<sup>22</sup> tem marcada o 6º processo de nacionalização (Albuquerque, 2006).

Assim, entende-se que não basta o Estado tomar conta do recurso natural, o fundamental é que o Estado seja controlado pela maioria da população, que é a tônica da Revolução Bolivariana na Venezuela. Uma inspiração bolivariana de Revolução que nada tem a ver com aquilo que se aproxima do maior ranço venezuelano, ou seja, uma revolução simplesmente para a derrubada das classes mais ricas e para se fazer criar uma “ditadura socialista” no território. O Bolivarianismo, nesse caso, é apresentado como uma tônica de filosofia política de contraposição ao PANAMERICANISMO, ora abordado no capítulo anterior deste estudo. Entende-se por esta filosofia que a América Latina só vai se libertar e adquirir autonomia caso estipule alguma barreira para o grau de influência estadunidense; a esta barreira é dado o nome de união bolivariana, como Simón Bolívar havia vislumbrado como filosofia política no século XIX.

Bolívar é possivelmente o personagem histórico mais complexo e de maior influência no imaginário político continental. [...]. **Além de liderar guerras de independência e de exercer influência direta em pelo menos cinco dos atuais países da região – Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia** -, ele deixou vastíssima obra escrita, constituída por artigos, cartas e discursos. (MARINGONI, 2014). (grifo nosso)

Maringoni (2014) enfatiza a influência de Bolívar em Chávez:

O presidente venezuelano Hugo Chávez não se cansava de repetir: o ideário que movia seu governo era o legado político e histórico de Simón Bolívar (1783-1830). O próprio nome do país foi alterado, a partir da Constituição de 1999, para República Bolivariana da Venezuela.

Como detalhe, a filosofia política de Bolívar vem dos estudos que ele fez na Europa, quando, em visita ao continente, tem contato com a obra de Jean Jacques Rousseau. Este, nas diretrizes políticas, apresenta a marca de democracia direta e soberania popular, que foram exatamente as duas vertentes que orientam a Revolução Bolivariana a partir de 1999. Toda a sequência de referendos e as consultas à população a todo instante vem da ideia de que o

<sup>21</sup> Na Venezuela, ocorreram cinco nacionalizações do Petróleo ao longo da histórica. A atual é marcada pelo prisma da redistribuição social do bem natural. **Fonte:** <http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618>

<sup>22</sup> Na Bolívia, até hoje, foram 6 processos de nacionalização dos hidrocarbonetos. **Fonte:** <file:///C:/Users/home/Downloads/67715-89145-1-PB.pdf>

preâmbulo da Constituição venezuelana diz que todo poder emana do povo e será exercido diretamente por ele. Comparando, no preâmbulo da Constituição de 1988 no Brasil assegura que todo poder emana do povo e será exercido por seus representantes. Pode parecer uma pequena nuance, mas marca claramente a diferença da condução política dos dois Estados, do quanto se há ideia da soberania popular na Venezuela e de trazer a população para consulta o tempo inteiro.

Na Bolívia, esse tipo de enfrentamento mais radical esteve fortemente pautado pela captura dos recursos naturais também, pelo excedente dos hidrocarbonetos, especialmente do gás natural. No gasoduto existente entre Bolívia e Brasil, o metro cúbico do gás natural constava cerca de 3 dólares, isso representava aproximadamente um terço do preço internacional, pelo padrão global de valores do produto, que eram pagos pela extração do bem natural. Quando Evo Morales nacionaliza os hidrocarbonetos e tenta renegociar a renacionalização de algumas refinarias junto ao Brasil, pela operação da Petrobrás no país, a Bolívia consegue recuperar o preço e pôr em negociação em qualquer bolsa de valores do mundo, alcançando o valor em média de 8 a 9 dólares o metro cúbico. Segue a lógica venezuelana e converte esse excedente em políticas públicas para a maioria da população. “A hora chegou, o dia esperado, um dia histórico no qual a Bolívia retoma absoluto controle sobre nossos recursos naturais”, discursou o presidente Evo Morales.<sup>23</sup> (2006).

No Equador, a grande mudança que fez o governo alcançar um maior excedente passou necessariamente por uma auditoria da dívida externa equatoriana, que foi conduzida em 2008. Essa prática foi uma das bandeiras de eleição do presidente Rafael Correa e ele assumiu o poder exatamente nessa prerrogativa, porque, a partir da auditoria da dívida, o país percebe que de 100% do montante acumulado da dívida - principalmente, no caso, externa, é possível a eliminação de aproximadamente 70%, renegociando os outros 30% restantes com os credores internacionais, sem que esses credores dos 70% tenham acionado as instâncias mais altas da Corte Internacional para reaver os recursos.

O dado específico dessa auditoria refere-se ao aporte que o país encontrou que, durante o período da ditadura militar que eles viveram também nos anos 1970, uma série de débitos que foram lançados nas contas nacionais equatorianas; e quando foram investigar, não localizaram exatamente em que contas os empréstimos haviam entrado, provavelmente por fraude ou erro.

Percebeu-se, assim, que o país estava pagando por uma conta que não pertencia a ele. A Ex-Coordenadora da Auditoria Cidadão da Dívida do Brasil, Maria Lucia Fattorelli (2010)

---

<sup>23</sup> **Fonte:** (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u95508.shtml>)

esclarece que “[...]depois da auditoria, o presidente anunciou que aceitava somente 25 a 30% do valor dos títulos da dívida externa comercial com a banca privada. Face às provas contundentes de ilegalidade da dívida, 95% dos credores aceitaram”.

No ano de 2007, o presidente Rafael Correa criou a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), cuja atribuição foi a realização da auditoria oficial da dívida pública do país – tanto interna quanto externa; os seus impactos sociais, ambientais e económicos. Essa atitude soberana foi um passo fundamental em direcção à conquista da verdadeira independência da América Latina, ao mesmo tempo em que significou uma vitória dos movimentos sociais que há décadas lutam pela auditoria da dívida pública, que consome a maior parcela dos recursos orçamentários. (Fattorelli, 2010)

A partir de 2008, então, o Equador consegue reduzir largamente a dívida externa em 70% do total, e, combinado com o Petróleo, faz com que o país tenha acesso a um excedente de recursos gigantesco para poder executar profundas transformações em sua estrutura interna.

Note-se que, a economia equatoriana permaneceu dolarizada, ou seja, o governo não conseguiu tocar na base monetária da estrutura econômica, e na sua inserção no sistema financeiro mundial. Apesar de possuir uma moeda nacional, o sucre<sup>24</sup>, a moeda que vai ditar toda a política econômica no Equador ainda são os dólares estadunidenses.

Desse estudo geral, é justificável afirmar que esses três países encontram-se afincados em um processo de nacionalismo revolucionário porque se apropriaram do excedente nacional e utilizaram os recursos para reconfigurar a redistribuição da riqueza entre a população. Os governos tocaram efetivamente nas estruturas de poder das elites desses países.

### **2.2.2 Os países *neodesenvolvimentistas* e os mais alinhados aos EUA**

Migrando para o grupo dos países de cunho mais reformistas, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai em menores medidas, tiveram a possibilidade de acesso a maiores excedentes e, com isso, conferiram um pouco mais dos recursos antes deslocados para outras áreas e desenvolveram setores mais sociais, fazendo uma redistribuição sobretudo para a população mais pobre e aquela alijada do mercado de trabalho formal. Salientando-se que não houve

---

<sup>24</sup> O Sucre, na verdade, é um instrumento para desafogar e criar formas de facilitar o comércio entre os países que fazem parte do mecanismo. **Fonte:** [http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id\\_secao=7&id\\_noticia=173716](http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_secao=7&id_noticia=173716)

processos de rupturas bruscas e nem do deslocamento dos recursos dos setores mais ricos das sociedades.

Essa seria a principal tônica de diferenciação dos modelos redistributivos adotados por distintos países na América Latina.

Neste grupo, porém, também existem diferenças nos conteúdos e na extensão da redistribuição obtida, além do fortalecimento e institucionalização de aparatos de proteção social e de políticas públicas permanentes que possibilitaram mudanças mais abrangentes e profundas - como foi o caso do Brasil, principalmente. Além disso, também com destaque para o Brasil, foram realizadas mudanças não apenas econômicas *stricto sensu*, mudanças essas também dirigidas a instituições antes totalmente elitizadas, como as universidades; e ao consumo de certos bens e serviços - como o transporte aéreo e os bens domésticos - nunca antes alcançados pelas camadas mais pobres ou mesmo miseráveis existentes no Brasil (que anteriormente era, não o mais pobre, mas o país mais desigual da América Latina).

Com relação aos governos dos países mais alinhados com a política estadunidense, em grau comparativo, nem tocam no excedente e apresentaram medidas muito pontuais para melhorar a qualidade de vida da população mais pobre. Especificamente, são governos que passam por dificuldades econômicas maiores, ao passo que os outros países da América Latina avançam socioeconomicamente. Interessante notar que hoje, em estágio de desaquecimento do aporte progressista na região, configurando-se, inclusive, situações de flagrantes retrocessos, são esses países que mais recebem recursos dos EUA e que conseguem ter um apoio econômico maior, como é o caso do México, Colômbia e Peru, que obtiveram algumas taxas de crescimento econômico significativas, mesmo diante de um cenário de crise internacional. As alocações de recursos internacionais têm se voltado mais para esses países não por acaso: são aqueles que continuam a cumprir os preceitos neoliberais de restrição fiscal e de um crescimento econômico baseado em aberturas comerciais (principalmente aos EUA - com destaque para o caso mexicano) e em modelos de exclusão social de boa parte da população; sempre com “menos” Estado e mais privatizações do remanescente público.

## **2.3 A Integração da América Latina sob a ótica dos governos progressistas**

### **2.3.1 Antecedentes históricos**

O símbolo histórico inaugural da integração da região da América Latina se deu nos contornos expostos por Simón Bolívar, ao redigir a “Carta da Jamaica”<sup>25</sup>, em 1815. Neste documento, contém a realidade política vivida pela América espanhola à época e expressa a necessidade de enfrentamento com relação à Espanha baseado na união latino-americana. Visava-se a construção de uma nação latino-americana e a fundação de um governo com características independentes e livre.

Este marco de iniciativas da integração latino-americana foi, ao final do século XIX, sendo substituído pelas movimentações políticas desenvolvidas pelo panamericanismo dos Estados Unidos. Difundia-se a necessidade de buscar estabilidade política e segurança, mas não se logrou consenso na parte econômica. O historiador Halperin Donghi (1976) destaca em seu estudo sobre a história da América Latina que os EUA empenharam-se em ampliar a dominação mediante uma forma jurídica, para instituir um compromisso desenhado de viés ideológico e tornar inaceitável uma possível transgressão pelos países que aceitaram a integração. Tanto que o desdobramento da União Panamericana resultou na fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em 1948.<sup>26</sup>

Ao longo do século XX, especificamente na segunda metade, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) - órgão das Nações Unidas - realizava seus primeiros estudos sobre a percepção do subdesenvolvimento da América Latina e auferia ideias sobre a integração econômica que superasse a disjuntiva centro-periferia<sup>27</sup>, ao passo que os EUA acumulavam investimentos e prioridade política na reconstrução da Europa pós-guerra.

Entendendo a inclusão no cenário periférico da América Latina em contraposição com o centro<sup>28</sup>, e ainda no tocante às questões da heterogeneidade estrutural, destacada no subitem acima, da restrição externa dada pela dependência de tecnologia e capital externos, surgiu a ideia de um Mercado Comum no ano de 1959 pela CEPAL. Por certo, as asserções na América Latina sobre os processos de industrialização nacional, movidos pela substituição de importações, apresentava-se bem distinto das discussões existentes nos países centrais, em que o processo de industrialização restava-se consolidado. Nesse ponto, a CEPAL afirmava que o encadeamento da industrialização deveria ir além do já conquistado na América Latina.

O Professor Leite (2017) interpreta o estudo de Tavares e Gomes (1998):

---

<sup>25</sup> Carta de Jamaica y Otros Textos - 1815

<sup>26</sup> **Fonte:** <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/14394-a-organizacao-dos-estados-americanos>

<sup>27</sup> Conceito inaugurado por Raúl Prébish, da CEPAL, nos anos 50.

<sup>28</sup> Ver o supracitado conceito de centro - periferia.

(...) a proposta de 1959 teria dois referentes básicos, quais sejam, (i) a questão do excedente de mão-de-obra frente ao capital instalado e a necessidade de se rejeitarem fórmulas de integração e desenvolvimento que levariam à reprodução da persistência do desemprego de fatores produtivos; (ii) dado que as atividades já existentes dependiam de algum grau de protecionismo, a integração deveria focar-se não nessas atividades instaladas, mas sim naquelas que estavam por se implantar e naqueles setores em que o processo de industrialização e crescimento se fariam necessários ao longo do processo de acumulação de capital. (Leite, 2017, p. 188)

Assim, a integração regional da América Latina possibilitaria a ampliação de mercados, somada ao aumento dos recursos produtivos e a consequente geração de economias de escala, além de especialização industrial.

Na mesma linha, ainda segundo Leite (2017):

Do ponto de vista do estrangulamento externo, a integração regional nesses moldes permitiria reduzir os déficits comerciais de duas formas, primeiro, pelo aumento do fluxo comercial entre os vizinhos, o que levaria a maiores exportações; e, segundo, por permitir que se mantenha o processo de substituição de importações e redução das necessidades de importação, o que reduziria o diferencial de elasticidade-renda das exportações e importações. É interessante notar, então, que a integração econômica regional, como projeto, se apresenta como um instrumento do desenvolvimento nacional. (Leite, 2017, p. 189)

Esse processo asseguraria uma industrialização da América Latina mais confiável, com crescimento da produtividade e dinamismo do espaço regional (CEPAL, 1969).

Ampliando a base teórica da CEPAL, em 1960, a partir do Tratado de Montevidéu, a região criou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Este Tratado buscou reunir os interesses dos países da região em reduzir as barreiras alfandegárias e criação de uma área de livre comércio, conforme ensina Furtado (1970). Diante das controvérsias apresentadas pelos países integrantes, a ALALC foi substituída em 1980 pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), pelo Tratado de Montevidéu, deixando-se de lado a ideia da área de livre comércio e estabelecendo um processo em direção a um mercado comum.

No ano de 1991 foi criado o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), mediante um acordo bilateral entre Brasil e Argentina, que em seguida alcançou a adesão do Uruguai e do Paraguai. Essa nova elaboração de aglutinações regionais de caráter multilateral é chamada de “regionalismo aberto”, segundo CEPAL (1994), na consideração de abertura de mercados internacionais, aumento de fluxos financeiros, diminuição da figura do Estado na economia e das desregulamentações.

Guimarães (2012) esclarece que à época o pensamento neoliberal era hegemônico, com vistas de mundo otimismo no mundo. Segue afirmando que o presidente G. H. Bush anunciava a era da “globalização”, com a ideologia do fim das fronteiras, do progresso ilimitado, de modo pacífico e próspero.

Sarti (2001), ao analisar o MERCOSUL no contexto da década de 1990, com o denominado regionalismo aberto, entende que o bloco garantiu êxito nas áreas comercial e financeira para disputar mercados externos e de reconhecimento internacional, mas ficou limitado na política de desenvolvimento implementada pelos países membros, permitindo ainda a vulnerabilidade das economias às intempéries internacionais.

A questão da limitação da política foi tratada por Guimarães (2012)<sup>29</sup>:

Do ponto de vista político, o fortalecimento do Mercosul como bloco depende de um lado de uma coordenação cada vez mais estreita de seus membros e, de outro lado, do número de Estados soberanos que o integram, Estados que, por esta razão, tem interesse em coordenar suas ações, como membros de um bloco, nas negociações e foros internacionais e diante de crises e iniciativas de terceiros Estados, em especial daqueles mais poderosos.

Guimarães (2012) ainda aborda em seu texto sobre uma Análise sobre a Situação do Mercosul a fundamental questão sobre a ampliação geográfica do Mercosul, que:

“(...) **teve início com o processo de adesão da Venezuela.** A participação integral da Venezuela é da maior importância política e econômica, dada a riqueza de recursos minerais e energéticos do país e de sua decisão de desenvolver industrialmente sua economia.” (grifo nosso)

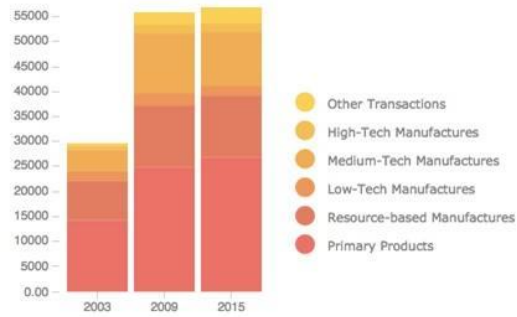
Nos gráficos abaixo é possível perceber a natureza essencial das exportações dos países integrantes do bloco, com predominância clara para produtos primários e manufaturas básicas.

---

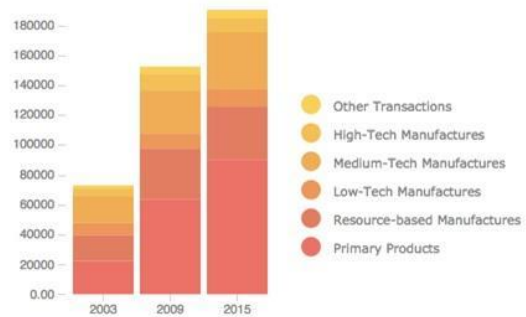
<sup>29</sup> Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/node/8517>



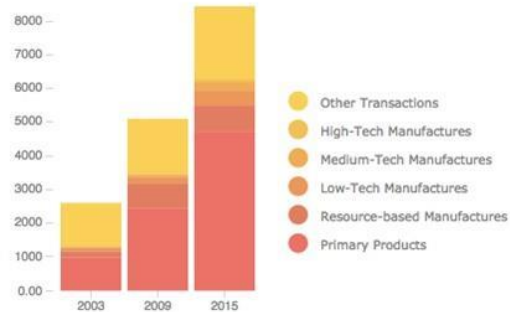
Argentina



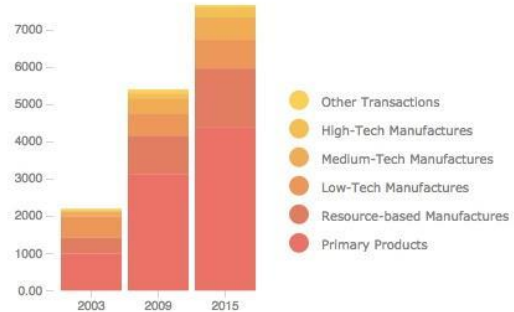
Brasil



Paraguai

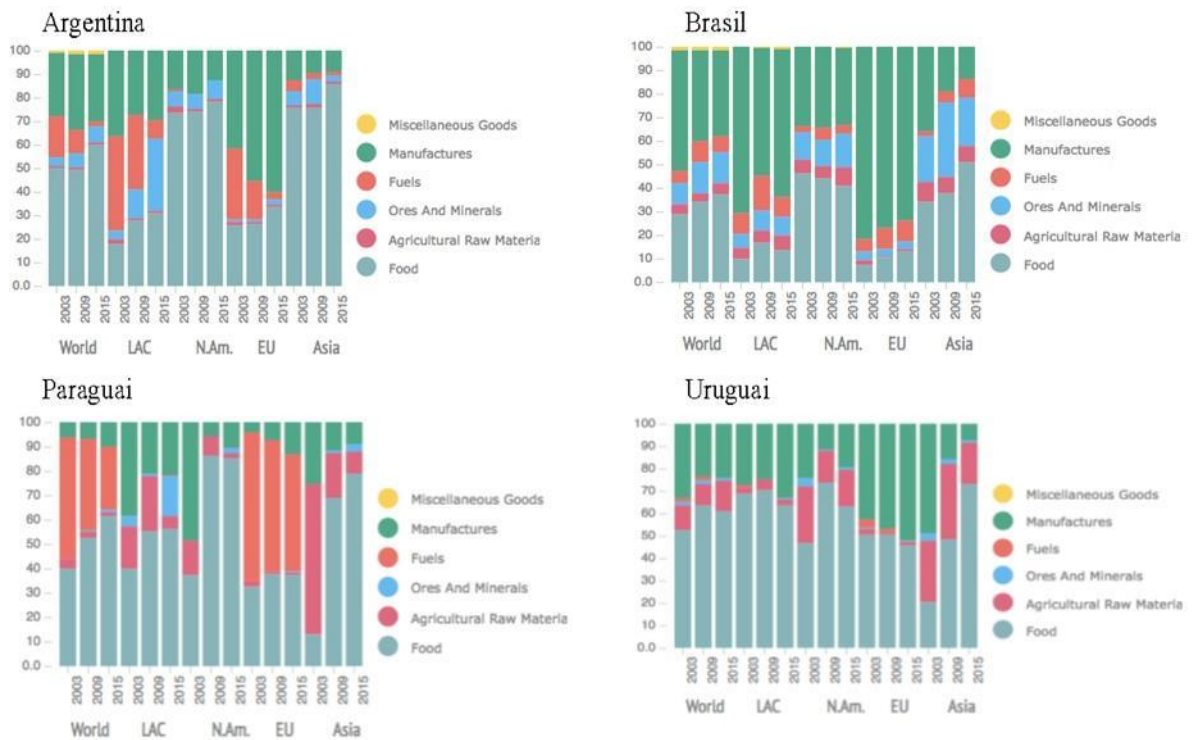


Uruguai



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), INTrade.

## GRÁFICO 01 - MERCOSUL: CONTEÚDO TECNOLÓGICO DAS EXPORTAÇÕES AO MUNDO, 2003-2015 (US\$ MILHÕES)



Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), INTrade.

## GRÁFICO 02 - MERCOSUL: PERFIL SETORIAL DAS EXPORTAÇÕES AO MUNDO, 2003 – 2015 (% TOTAL)

Em 1994, o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, durante a Cúpula das Américas em Miami/EUA, apresentou a proposta de criação da **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**, com a intenção de pôr fim às barreiras alfandegárias entre os países americanos. Caso tivesse logrado êxito, a ALCA representaria o maior bloco econômico do mundo, abarcando o NAFTA, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, e o MERCOSUL.

Nessa linha, Cueva (2012), explica a orientação da ALCA:

**A Alca pretendia, em suma, impor ao continente uma constituição econômica supranacional sob a hegemonia dos Estados Unidos** em uma conjuntura de concorrência com outras potências econômicas, em detrimento da soberania dos povos e os direitos sociais da maioria. Não significava outra coisa que uma integração subordinada da América Latina e do Caribe à economia dos EUA, com uma abertura indiscriminada sem nenhuma vantagem, e a deterioração das condições de vida e trabalho no Sul e no Norte. (Cueva, 2012, pp. 71-72) (grifo nosso)

A premissa de integração da América Latina (Garcia, 2013) aos poucos foi sendo substituída pela ALCA, fomentada pelos EUA.

Privatizações, desregulamentação produtiva, financeira e do mundo do trabalho se transformaram em palavras-chave do pensamento único, que passou a configurar uma nova proposta programática de larga aceitação em setores conservadores e, sobretudo, nos meios de comunicação. (Garcia, 2013, p. 2)

### 2.3.2 Mudanças a partir dos governos progressistas

Por certo, em 2003, a proposta norte-americana foi rechaçada pelos então governantes do Brasil e da Venezuela (Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez), por entenderem a enorme disparidade econômica existente entre os Estados Unidos e a América Latina e o Caribe, que necessitava de um expressivo investimento em infraestrutura para acompanhar a potência do continente, para tentar evitar que os preços dos produtos da indústria norte-americana não ficassem os mais baixos do continente com o subseqüente desemprego nos nossos países ligado ao setor de exportação.

Codas, Jacobsen e Spina (2015)<sup>30</sup> expõem na apresentação do livro “Alca Dez Anos: Fracasso e Alerta a Novas Negociações” que:

**Foi a irrupção do ciclo de governos progressistas na região que bloqueou essa iniciativa.** No caso brasileiro, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e a indicação de Celso Amorim, como ministro das Relações Exteriores, levaram o governo a colocar os temas do desenvolvimento como balizas em suas negociações comerciais internacionais e abrir a política exterior do país à participação dos movimentos sociais – antes reservada aos lobbies empresariais. (grifo nosso)

Somando-se a essa vertente, Wansetto (2012) continua:

**Construir e promover a participação popular nas decisões que afetam diretamente os povos foi uma das bases de luta e resistência da campanha contra a Alca no Brasil e da campanha continental.** Desde o começo, já se foram mais de 15 anos da derrota da Alca no formato que nos foi apresentado pelos governos e 10 anos, quando da luta popular travada em Mar del Plata, Argentina (2005). As ruas da cidade argentina foram tomadas por lutadores/as de toda a nossa América que gritavam uníssonos: “No al Alca. Otra America es Posible” (Wansetto, 2012, p. 72). (grifo nosso)

<sup>30</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2015/11/19/livro-sobre-10-anos-pos-alca-sera-lancado-em-cuba/>

No decorrer da primeira década do século XXI, o projeto do governo brasileiro e de suas relações internacionais auferiram outro degrau de amadurecimento com outro rumo estratégico, como afirmam Carmo e Pecequillo (2015, p.68), tendo como base a ascensão do Presidente Lula nos anos 2002/2003. Como exemplo desse amadurecimento e mudança de visão estratégica voltada para a América Latina, o país tem como distinção dois fatos muito marcantes. Um deles foi a questão do decreto de nacionalização das petrolíferas bolivianas, em que o Estado da Bolívia passou a ter o controle e a direção da produção, transporte, refinamento, distribuição, comercialização e industrialização dos hidrocarbonetos em todo o país. Ainda, o decreto obrigou as empresas estrangeiras na Bolívia a dividirem os lucros extraídos pelo petróleo. Tal medida foi criticada arduamente por toda a mídia brasileira.

Amorim (2006)<sup>31</sup>, em entrevistas, repugnou as críticas contra a política externa do governo Lula, dizendo que a mesma foi baseada numa nova orientação que busca a integração sul-americana. Segue a fala do ex-ministro:

-Vamos defender sim os interesses da Petrobrás, nós vamos defender sim o interesse do consumidor brasileiro, e nós vamos defender sim os interesses do abastecimento no Brasil. Agora, temos que fazer isso sem necessariamente usar de estridência que só contribui para agravar a relação do Brasil com a Bolívia, para dificultar uma solução para o problema e para quem sabe até contribuir para uma radicalização da própria Bolívia. Não é esse o nosso interesse – ressaltou.

Outro ponto de destaque foi o respaldo maciço do governo do Presidente Lula à Venezuela, com o apoio inestimável do então assessor do governo o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães. Esse apoio rege até hoje o pensamento do ex-ministro Celso Amorim (2017), entendendo que “Defender a Venezuela (...) é defender o Brasil” no que se refere à influência dos EUA na América Latina.

Em decorrência da crise do Consenso de Washington (dos anos 80)<sup>32</sup>, cujo receituário provocou consequências dramáticas, tanto dos pontos de vista social como econômico, assumiram, por eleições democráticas, governos progressistas, com Hugo Chávez, na Venezuela, Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, Néstor Kirchner, na Argentina,

---

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/amorim-o-que-voce-quer-que-eu-faca-que-eu-invada-a-bolivia-a0ee8lre76dsl3ki0n39fgle6>

<sup>32</sup> “O **Consenso de Washington** foi uma denominação dada como resultado de uma reunião feita em 1989 na capital dos Estados Unidos com funcionários do governo americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encontro tinha como objetivo realizar uma avaliação das reformas econômicas feitas pelos países da América Latina e nesse sentido diversos economistas latino americanos participaram para relatar as experiências obtidas pelos seus respectivos países.” **Fonte:** [http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/esp\\_1350/o+consenso+de+washington+.shtml#](http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniaio/esp_1350/o+consenso+de+washington+.shtml#)

Ricardo Lagos, no Chile, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Evo Morales, na Bolívia, Rafael Correa, no Equador, Daniel Ortega, na Nicarágua, Fernando Lugo, no Paraguai, Mauricio Funes, em El Salvador. A inclinação política da região, mesmo com as diferenciações apontadas no item 2.3 deste capítulo, demarcou o início do século XXI, distinguindo-se da realidade dos anos 1990.

Leite (2017) ratifica o posicionamento de ascensão dos governos de esquerda na região, marcando o fracasso das políticas neoliberais para a América Latina.

Após alguns anos, esse projeto mostrou-se inadequado para construir novas bases para o desenvolvimento. O final da década de 1990 ficou marcado por sucessivas crises econômicas, com deterioração do emprego e de condições sociais. O projeto neoliberal (...) revelou-se incapaz de cumprir com os anseios econômicos e sociais das populações latino-americanas, que democraticamente passaram a levar ao poder governos de origem trabalhista e socialista em muitos países, sobretudo na América do Sul, com um viés de esquerda, porém pragmático e sem grandes rupturas. Essa “onda de esquerda” na região marcou a virada do século XX para o XXI, em 20 um processo histórico sem precedentes que ficou conhecido como “onda rosa” (que pelo caráter pragmático e sem rupturas, não se chamou de “vermelha”). (Leite, 2017, p.19)

A vitória das esquerdas na região se deu, basicamente, pela luta e resistência dos movimentos sociais ao neoliberalismo. Apesar de diferenças políticas, culturais e ideológicas, apresentaram elementos programáticos parecidos, tais como:

(1) ênfase nas questões sociais (combate à pobreza, à exclusão e à desigualdade), (2) democratização do Estado e participação social, (3) defesa da soberania nacional e (4) integração sul-americana e latino-americana capaz de garantir à região um lugar importante em um mundo que vivia (e vive) intensa e acelerada transformação. (Garcia, 2003, p.03).

Outra mudança, de enorme relevância política e estratégica do ponto de vista das relações externas soberanas desses países foi que, em bloco, a região experimentou, também, uma integração político institucional, com a criação de vários órgãos multilaterais especialmente na América do Sul, como o Mercosul, acompanhada da ruptura com a ALCA, liderada pelos EUA (na época sob o governo Bush). Foi uma reunião histórica, na Argentina, com a presença do próprio presidente Bush e dos presidentes Lula, Kirchner, Fidel Castro, Evo Morales, entre outros.

Apostou-se também no desenvolvimento da UNASUL; “[...] A criação da UNASUL faz parte de processo recente de superação da desconfiança que havia entre os países sul-

americanos desde os movimentos de independência, no século XIX.”<sup>33</sup> ; e da CELAC - “[...] como herdeira da CALC e do Grupo do Rio, a CELAC assume duas vocações: a cooperação para o desenvolvimento e a concertação política.”<sup>34</sup>. Tentou-se estabelecer uma conexão maior entre os países do Sul (a chamada Integração Sul-Sul), como caminho para o desenvolvimento autônomo da América Latina.

A imagem abaixo exprime a configuração de aliança dos países latino-americanos em prol da integração regional soberana:



**FIGURA 03: PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL REUNIDOS EM 2014**

**Fonte:** <https://www.transcend.org/tms/2014/11/portugues-ciclo-de-governos-a-esquerda-continua-em-toda-a-america-latina-diz-professor/>

#### **2.4 Valorização política, econômica e social da América Latina no século XXI**

Os governos de esquerda na região conseguiram importantes conquistas sociais, políticas e econômicas para os povos de seus países, traduzindo em esperança de novos tempos e um novo tipo de inserção mundial. A mais importante delas, a efetiva distribuição de

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>

renda, ganhou destaque ao longo dos anos iniciais do século XXI. Apesar da América Latina ainda ser uma das regiões mais desiguais do mundo, a trajetória de distribuição de renda gerou uma maior igualdade; “pela primeira vez em muito tempo e em um momento histórico em que outras regiões do mundo concentravam renda.” (Leite, 2017, p. 156).

A reversão do padrão de concentração de renda dos anos 1990 foi muito importante para o contexto regional, tendo os governos progressistas adotado políticas de elevação do salário mínimo (com destaque para o Brasil, que manteve, de modo continuado, a valorização real do salário mínimo - importante para uma gama expressiva de trabalhadores e para a elevação do piso dos benefícios previdenciários); criação e ampliação de programas de transferência de renda (retirando da miséria, no caso do Brasil, cerca de 40 milhões de brasileiros); além de terem vivenciado momentos de expansão e de crescimento econômico com o mercado externo favorável. Essas bases ajudaram a elevar a renda do trabalho e dos beneficiários da previdência social, a despeito da ausência de mudanças estruturais capazes de reverter e superar a situação de desigualdade em nossos países.

Portanto, parece certo que muitos países da região foram capazes de combinar uma dinâmica de crescimento, na qual o setor externo trazia contribuição positiva (em distintos graus), e a redução da pobreza, aumento de salários, crédito, das transferências, redução da desigualdade e expansão de classes médias dinamizavam a ampliação do mercado doméstico, produzindo um período de rápido crescimento econômico com melhora da distribuição da renda (sobretudo das rendas do trabalho), mas essa relação crescimento-distribuição não foi homogênea e houve marcantes diferenças na América Latina. (Leite, 2017, p.157).

Politicamente, a América Latina, mediante a nova forma de olhar o mundo - dando destaque às chamadas relações sul - sul, com altivez e autoestima, alcançou um maior respeito internacional, participando dos grandes fóruns de debates mundiais. O ex-Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim (2017)<sup>35</sup> expõe claramente o norte adotado pelo país na construção da política externa:

Durante o governo Lula, o Brasil rejeitou acordos comerciais desvantajosos que se nos queriam impor; trabalhou intensamente pela integração sul-americana; fortaleceu as relações com os demais países da América Latina e Caribe; intensificou laços de amizade com a África e os países árabes e rompeu novos horizontes na formação de fóruns e blocos com as grandes nações emergentes. Sem hostilizar nossos parceiros do mundo desenvolvido (ao contrário, criamos uma “parceria estratégica” com a União Europeia e um “diálogo global” com os Estados Unidos), trabalhamos em favor de um mundo mais multipolar, no qual os interesses do Brasil e dos países em

---

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/celso-amorim-servi-como-um-estadista>

desenvolvimento como um todo pudessem ser afirmados e respeitados.

E segue:

Durante as duas gestões do Presidente Lula, o Brasil liderou a criação de uma organização política sul-americana (a Unasul) e esteve à frente da iniciativa da CELAC – Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos. Pela primeira vez em duzentos anos de vida independente foi possível criar órgãos que representassem o conjunto da América do Sul, e da América Latina e Caribe, sem qualquer tipo de tutela externa. O fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) não somente abriu novos caminhos para a cooperação sul-sul como esteve na raiz da criação do BRICS, que se constituiu em importante fator de equilíbrio na ordem econômica internacional, até então dominada pelo G7 (grupo de economias mais ricas). O Presidente Lula esteve à frente, também, de importantes lutas para erradicar a fome e a pobreza no mundo e para facilitar o acesso de populações pobres a tratamentos de saúde. Sua liderança na reforma das regras do comércio e das finanças internacionais foi amplamente reconhecida, o que se espelhou sobretudo no G20, o grupo das maiores economias, que, para efeitos práticos, substituiu o G7 como principal foro internacional em temas econômico-financeiros.

## 2.5 A nova relação da América Latina com a China

No desenvolvimento deste capítulo foram abordadas as condições políticas e os modelos progressistas diferenciados que nortearam a “nova” América Latina, em que os países componentes passaram a ser regidos, no início do século XXI, pela visão mais à esquerda em contraponto aos ditames do Consenso de Washington, hegemônicos no final do século XX.

A inédita conformação política na visão histórica da região modificou a forma como a América Latina passou a ser assimilada pelo mundo e também para dentro da integração regional, apresentando características de mais diversidade estratégica nos padrões de desenvolvimento e diferenciado do já roto panamericanismo, comandado pelos Estados Unidos, afirmando o esforço de construir pactos econômicos e políticos mais equânimes entre os países.

No cenário internacional, vê-se a China tornando-se potência protagonista<sup>36</sup>, e é possível qualificar esse fato como uma referência dentro da ótica da integração latino-americana, já que o padrão de centro periferia se expandiu em relação ao país oriental. A

---

<sup>36</sup> De acordo com dados coletados pelo Banco Mundial, o PIB da China, ajustado pela paridade do poder aquisitivo, é muito maior do que estimado anteriormente. No final de 2011, o PIB da China foi responsável por 87% do PIB dos EUA. Apenas seis anos antes, foi de 72%. O Fundo Monetário Internacional estima que, em quatro anos, a China terá acumulado um crescimento de 24%, em comparação com 7,6% nos Estados Unidos. Isso, se confirmado, faria com que a China este ano superasse os EUA como a maior economia do mundo. Fonte: <https://jornalgn.com.br/noticia/china-ultrapassa-os-estados-unidos-como-primeira-potencia>



capacidade da China de impactar o crescimento do PIB da América Latina estabeleceu um centro difusor de dinamismo econômico, ultrapassando barreiras padronizadas de relações mercantis e aumentando o peso da China nos acordos internacionais.

As formas progressistas de integração da América Latina no século XXI por certo absorveram impactos significativos do novo centro que surgiu, no tocante à conexão com a China. As commodities e a liquidez internacional abrandaram antigas restrições externas que a região sofria, mas também, a se avaliar melhor em futuros estudos, auxiliaram a manutenção de estruturas produtivas pouco diversas, ou seja, continuou-se a ser a região majoritariamente exportadora de bens primários.

Com essa introdutória análise, busca-se dignificar os esforços dos governantes sulamericanos em trazer políticas diversas e mais equânimes para a região, ao passo que aponta possíveis distorções entre a vontade de integração efetiva da América Latina e as barreiras encontradas para o desenvolvimento econômico. Senão vejamos (Leite, 2017, p.219):

Ademais, as estruturas produtivas e as inserções internacionais dos distintos padrões de desenvolvimento não se modificaram ao longo do início do século XXI, período em que o centro do capitalismo se transformou, a financeirização se aprofundou, os preços de commodities se valorizaram, a China emergiu como elo central da economia internacional e desenvolveu uma relação centroperiférica com a América Latina (...). Ou seja, de forma simplificada, nos padrões do Norte da América Latina mantiveram-se as características da indústria maquiladora e nos padrões do Sul mantiveram-se a dependência de recursos naturais (...) **Além disso, esse período conviveu com lideranças políticas que priorizaram os aspectos sociais e flertaram com alterar estruturas produtivas, bem como integrar a região comercial e produtivamente.** No entanto, não se alterou a estrutura produtiva da região nem sua inserção internacional e a integração regional tampouco avançou conforme a retórica. (grifo nosso)

Outro ponto de grande valia refere-se à mudança que traz implicações econômicas importantes para os países da periferia, como os da América Latina, com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio em 2001. A OMC se organizou como organismo de cunho multilateral em 1995 e a China só conseguiu compor a Organização como país-membro pleno oficial em 2001, realizando a inserção em um novo ambiente de compra e venda mundial sem as restrições antes impostas. Nessa linha, corrobora Nasser (2005)<sup>37</sup> sobre a posição da China: “[...] O lance mais importante neste processo de inserção internacional foi a entrada na organização Mundial do Comércio (OMC), em 11 de dezembro de 2001.

---

<sup>37</sup>Disponível em: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/consequ%C3%A2ncias-do-reconhecimento-da-china-como-economia-de-mercado>

E esclarece mais:

O objetivo principal da China foi o de se beneficiar da adesão à regulação liberal do comércio internacional constante dos acordos da OMC. Isso porque, na medida em que os acordos procuram reduzir as barreiras (tarifárias e não-tarifárias) ao comércio e definem as condições em que medidas restritivas (tais como direitos antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas) podem ser impostas, suas disposições podem favorecer o incremento da competitividade exportadora chinesa e, ainda, tornar o país menos vulnerável a restrições aos seus produtos em outros mercados.

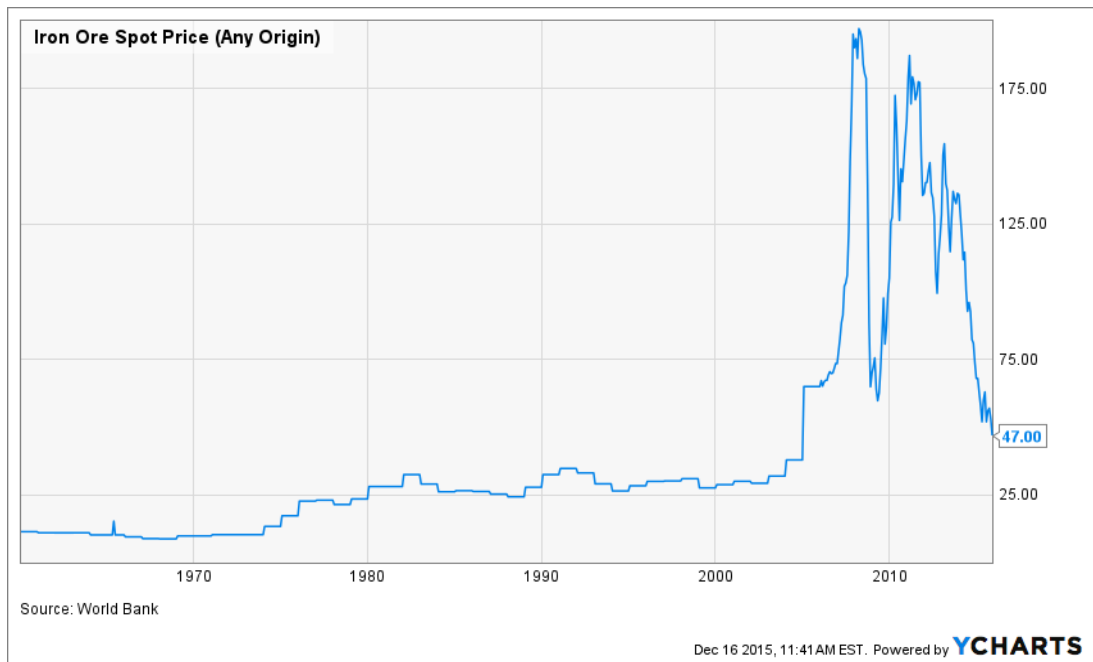
Dessa forma, o desenvolvimento da economia chinesa fez com que a América Latina voltasse seus produtos para o oriente de maneira mais fácil, ocasionando o incremento da exportação desses países dos bens agrícolas e minerais, ou seja, das commodities<sup>38</sup> em geral, o que trouxe crescimento dos excedentes econômicos e da nova produção, com o consequente impacto no PIB. A China como motor do aperfeiçoamento capitalista nos anos mais recentes conseguiu fazer com que o preço desses bens primários que a América Latina exporta com predominância se elevasse. Ocorrendo a majoração dos preços, os governos da América Latina que apresentavam uma tônica mais nacional desenvolvimentista, voltada para o mercado interno, revolucionários ou reformistas, vão se aproveitar desse cenário.

Neste prisma, resta aprimorar a tese de que os governos progressistas que alcançaram notório apoio popular e reconhecido sucesso nas políticas públicas - notadamente sociais, ao embasar sua política econômica na exportação dessas commodities, foi otimista e ingênuo com essa guinada para o mercado da China.

Como dados alarmantes da época, o preço do minério de ferro subiu aproximadamente 580%, o preço da soja subiu aproximadamente 250% e o preço do petróleo teve um aumento de mais de 130% entre os anos 2000 a 2008. Em termos reais, os aumentos giraram entre 30% a 50% (BATISTA, 2009). Nos gráficos abaixo, é possível verificar a rápida elevação dos preços do minério de ferro e do petróleo:

---

<sup>38</sup> *Commodities* (vem de uma interpretação do inglês e se referem às mercadorias) podem ser qualificadas como os produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em larga escala e que podem ser estocados sem perda de qualidade, como o suco de laranja, o petróleo, os alimentos congelados, a soja, o outro e o café. Sendo assim, os preços dessas mercadorias são avalizadas pelo mercado internacional, em razão da oferta e da demanda.



**GRÁFICO 03 – DADOS DO MINÉRIO DE FERRO NO MUNDO (1970-pós-2010)**  
 Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2256>



**GRÁFICO 04 – DADOS DO PETRÓLEO NO MUNDO (1990-pós-2015)**  
 Fonte: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2256>

Sem pretender colocar um ponto pacífico ou esgotar o tema, retira-se do contexto, em tom de dialética, que os países que vieram se conformando ao novo modelo de desenvolvimento regional, ao se inserirem na onda de globalização, com um comércio mais liberalizado, passaram não só a exportar muito mais em volume, entre 2000 a 2008, em razão da demanda chinesa, mas também percebiam um preço combinado muito maior por esses mesmos produtos. Essa constatação serve para ilustrar o quão extraordinário foram as últimas décadas na América Latina. Por certo não houve só um aumento da demanda em geral (com elevação das exportações), houve também uma valorização maior dos preços.

Justifica-se,

A estória do choque favorável de termos de troca que beneficiou o Brasil na década passada é bem conhecida. A China entrou, na década de 2000, em uma etapa de forte crescimento industrial e de infraestrutura, o que aumentou a demanda de commodities significativamente. Essa situação pegou de surpresa a maioria dos produtores, que não estavam preparados para tal aumento de demanda. Dessa forma, os preços foram catapultados às alturas. O petróleo, por exemplo, passou de um preço médio de US\$ 30/barril em 2000 para US\$ 110 em 2011, enquanto o minério de ferro foi de US\$ 20 dólares/ton para US\$ 170 no mesmo período. (Rocha, 2015)<sup>39</sup>

Assim, os governos da América Latina acumularam um excedente muito grande para implementar suas políticas públicas. Isso não diminui o caráter redistributivo dessas políticas, ao contrário de outros momentos de crescimento econômico que, de praxe, provocaram concentração de renda e exclusão de boa parte da população (como o crescimento econômico obtido pela ditadura no Brasil). Essa marca redistributiva das políticas públicas foi, sem dúvida, uma diferença e uma novidade no padrão concentrador do desenvolvimento econômico brasileiro.

## **2.6 O crescimento do ódio e o avanço da direita na região**

O ódio das classes mais abastadas e dos setores mais conservadores e reacionários da região cresceu muito no último período desses governos progressistas e de esquerda, com conflitos que provocaram marcas flagelantes nos governos da Venezuela, Argentina e Brasil. Governos de esquerda, ao promover políticas públicas que reduziram a desigualdade, mexeram com interesses da elite historicamente dominante em nossos países, sabendo-se que,

---

<sup>39</sup> **Fonte:** <http://www1.valor.com.br/financas/3858310/reversao-dos-ganhos-de-termos-de-troca>

mesmo que não se vislumbrasse ameaça ao posto no estamento social, os mais ricos ficam incomodados. Segue a análise do ex Ministro Marco Aurélio Garcia<sup>40</sup> (p.04, 2013):

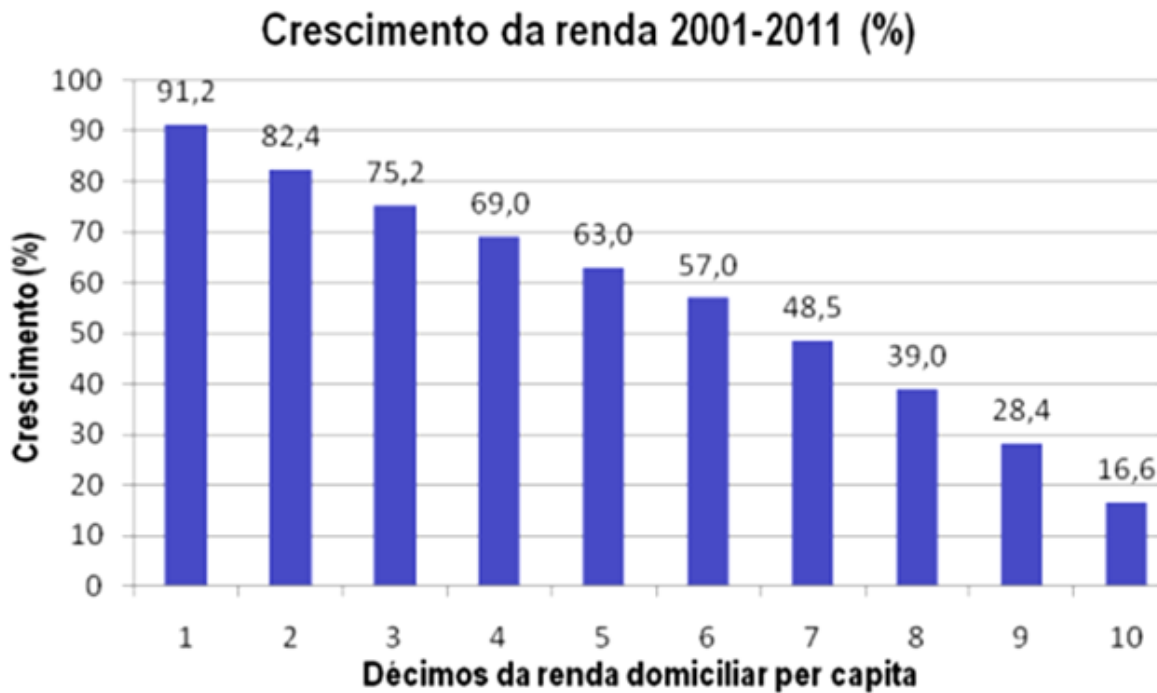
O êxito dos Governos democrático-populares nos últimos anos teve efeito desagregador sobre as oposições. Na maioria dos países, as forças tradicionais da direita entraram em crise. Incapazes de compreender os novos fenômenos políticos e sociais da região, parte importante das oposições assumiram posições profundamente conservadoras, quando não golpistas (Venezuela, Honduras e Paraguai). Desqualificaram as políticas econômicas e sociais das esquerdas, taxando-as de “populistas”, instrumentos de “cooptação” de amplos setores sociais que teriam se deixado “comprar” por “políticas assistencialistas”. **A partir daí, passaram a desqualificar as eleições como processo de constituição de Governos democráticos.** O povo se transformara em “massa de manobra populista”. Reativaram suas agendas pró-mercado e desenvolveram forte crítica às políticas externas, especialmente aos processos de integração sul-americana. **O papel central de oposição na maioria dos países foi ocupado pelos meios de comunicação, que substituíram os partidos conservadores.** (grifo nosso)

No caso brasileiro, a distribuição de renda para os “de baixo” foi flagrante e inédita na história desse país: pela primeira vez, houve uma **diminuição da desigualdade** do ponto de vista da renda e do acesso a bens e serviços. “No Brasil, em uma década (2001-2011, sobretudo a partir de 2003), enquanto a renda per capita dos 10% mais ricos subiu 16,6%, a renda dos mais pobres elevou-se em 91,2% – conforme dados da PNAD analisados pelo IPEA”.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> “As esquerdas na hora de integração latino-americana [roteiros de discussão]”.

<sup>41</sup> **Fonte:** <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/odio-na-america-latina-cresceu-550.html>



**GRÁFICO 05 – CRESCIMENTO DA RENDA 2001-2011 (%)**

Fonte: PNAD-2015

Pode-se constatar que os setores mais ricos não deixaram de lucrar no período, mas ficaram contrariados pelo fato de que os setores mais pobres auferissem ganhos de renda maiores, já que com a renda mais elevada, com a valorização sistemática do salário mínimo, com o aumento do trabalho formal (com carteira assinada) e, portanto, com o desemprego e o trabalho informal (sem carteira) em declínio constante, o custo da mão de obra fica mais cara<sup>42</sup>.

Aprende-se que “a renda dessa faixa de pessoas mais pobres cresceu 550% mais rápido que a dos 10% mais ricos, o ódio dos mais ricos contra os governos que fizeram isso acontecer também cresceu nessa mesma proporção”.<sup>43</sup> Portanto, constata-se que houve um absurdo aumento de ódio contra os governos de esquerda e seus partidos.

Apesar do aspecto redistributivo das políticas sociais que visavam equilibrar o papel do Estado na economia, como assinalado acima (Garcia, 2013), o Brasil apresentou muita dificuldade em transmitir as mudanças promovidas pelos governos Lula e Dilma à população,

<sup>42</sup> No entanto, vale lembrar que a relação trabalho / capital sempre foi desfavorável ao primeiro. A mão de obra brasileira foi (e ainda é) mais barata quando comparada a países desenvolvidos.

<sup>43</sup> **Fonte:** <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/02/odio-na-america-latina-cresceu-550.html>

ficando a mercê dos diálogos neoliberais contrários presentes nos grandes veículos de comunicação.

Venezuela enfrentou e produziu a democratização dos meios de comunicação após a tentativa de golpe que sofreu com a união dos setores da mídia e do governo estadunidense<sup>44</sup>. A Venezuela também produziu para o mundo a difusão de Simón Bolívar, como força de união e libertação para toda a latino-américa. Mas o legado de Bolívar não chega até o Brasil, por quê? “Por que será que nós brasileiros não conhecemos o legado e as ideias de Simon Bolívar? Urge refletir sobre o comportamento da grande mídia brasileira no decorrer da história recente do Brasil<sup>45</sup>.

(...) podemos afirmar que não conhecemos o legado de Simón Bolívar porque temos um sistema de comunicação extremamente elitizado e concentrado nas mãos de pouquíssimas pessoas. Para se ter uma ideia melhor, quatro famílias são detentoras dos principais veículos de comunicação do país, seja ele revista, rádio, tv ou portais da web, somando um patrimônio de mais de 30 bilhões de reais. Essas famílias não possuem o mínimo de comprometimento com a democratização da informação e o pior, inventam a seu bel prazer as verdades que lhe convém, criando os heróis e os vilões de acordo com o seu interesse próprio. (Clímaco, 2017)

Na mesma linha<sup>46</sup>,

A contaminação mercadista e midiática tem avançado sem qualquer reação dos que percebem o fenômeno e o abominam, mas que preferem recolher-se diante da contundência e da ousadia dos que buscam, a qualquer custo, a intimidação dos inimigos, desafetos ou simples adversários políticos. (...) As recentes exhibições de narcisismo de autoridades na mídia empresarial e nas redes sociais são um exemplo impecável de como os deveres republicanos se dissolvem diante dos esgares incontroláveis da subserviência aos valores do mundo das celebridades, coadjuvada pelo corporativismo mais escancarado. Não vai demorar, os cidadãos ainda vão ficar à mercê de um juiz youtuber. (Belluzzo, 2017)

Momentos e fatos diversos da nossa história (falta de conhecimento histórico sobre Bolívar e o atual golpe midiático no Brasil) nos fazem refletir sobre a importante demanda de democratização dos meios de comunicação - que não foi colocada como prioridade pelos governos brasileiros populares e democráticos. Hoje somos feitos reféns de notícias alarmadas sem a menor relação com a veracidade dos fatos. As conspirações pelo poder e a palavra “corrupção” estão inseridas “na testa” de todos os políticos, especialmente os de esquerda, que aparecem de modo dominante na mídia.

<sup>44</sup> Documentário que relata o período de 2002 na Venezuela: “A Revolução não será televisionada”.

<sup>45</sup> **Fonte:** <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/17/artigo-chavez-bolivar-e-ademocratizacao-da-comunicacao/>

<sup>46</sup> **Fonte:** <https://www.cartacapital.com.br/revista/973/o-suicidio-da-ordem-juridica>

“Um dos paradoxos da situação atual do nosso continente é que a derrota política e eleitoral do conservadorismo não vem sendo acompanhada de uma igual derrota de suas ideias, de seus valores e, sobretudo, de seus meios de difusão” (Garcia, 2013).

Ampliando o fenômeno de golpe em que o Brasil vive, é possível ver, ainda, a mídia associada ao Poder Judiciário, em quase uma relação umbilical. Segue (Belluzzo, 2017):

As relações promíscuas entre as **autoridades judiciais e a mídia** colocam os cidadãos brasileiros diante da pior das incertezas: a absoluta imprecisão dos limites da legalidade. As garantias da publicidade do procedimento legal são, na verdade, uma defesa do cidadão acusado – e ainda inocente – contra os arcanos do poder, sobretudo do poder não eleito. (grifo nosso)

O contexto de golpe jurídico-midiático no Brasil nos impõe diversos questionamentos sobre o desmerecimento de uma abordagem mais lúcida quanto aos verdadeiros detentores do poder na República. Caberia aqui a permanente e boa análise da correlação de forças em nosso país, bem como recuperar o conceito de luta de classes.

Relataram-se as qualidades e os ineditismos dos governos progressistas que lograram êxito em eleições e em apoio popular na América Latina, que distribuíram renda, diminuíram a desigualdade social e econômica, aumentaram os gastos públicos, melhoraram a Previdência Social, ampliaram o poder de compra do salário-mínimo, aumentaram a quantidade e a qualidade do emprego, entre outras conquistas. Mas não podemos ocultar os limites, na abordagem crítica, para fundamentar a continuidade de políticas públicas voltadas para a maioria da população. **Fica a indagação: o avanço das políticas de direita na América Latina se dá pelos erros ou pelos acertos dos governos progressistas?**

Segundo a análise de Garcia (2013), à qual me filio:

A Crise dos paradigmas passados das esquerdas e os avanços da direita destes últimos anos mostram que, contra as ideias dominantes, devemos afirmar políticas econômicas de crescimento, sustentáveis econômica, social e ambientalmente. Uma política econômica que aponte para a construção de uma economia pós-capitalista. Uma reflexão que contribua para a democratização radical do Estado, para a ampliação do espaço público e para a socialização da política. Devemos construir uma democracia política alicerçada na mais ampla participação de homens e mulheres na vida política, em uma sociedade plural, respeitosa da Lei, dos Direitos Humanos, mas criadora de direitos, capaz de assegurar a livre organização e expressão. Uma sociedade solidária, laica e de paz, que socialize os bens culturais e as oportunidades, que valorize sua diversidade étnica. (Garcia, 2013, p. 06)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo percorreu o caminho histórico recente do contexto social, econômico, ideológico e político da América Latina, com enfoque nos padrões de governos progressistas. Tratou-se de um período inédito na região, que conviveu com governos de esquerda que, pela via democrática, ascenderam ao poder e pautaram agendas de transformações estruturais na redução das desigualdades sociais, no enfrentamento da pobreza, com ampliação dos gastos sociais, na integração regional e na soberania nacional de países historicamente dominados pelo norte. Notou-se a união exitosa dessas mudanças estruturais com crescimento econômico.

Diante do evidente cenário de avanços históricos a partir dos anos 2000 na região, no texto foi sentida a apreensão em tentar identificar as razões do não avanço na integração regional, no tocante à produção e ao comércio, e a não consolidação dos programas progressistas na América Latina. Observou-se um período com bastante estabilidade política e de avanços econômicos no início do século, mas as estruturas produtivas e, sobretudo as relações de poder (econômico, político e ideológico), não caminharam no mesmo sentido da mudança. Pode-se identificar, ainda, o avanço do preço das commodities e o ciclo de liquidez que ajudaram no crescimento econômico sem restrição externa.

Destarte, não é possível considerar de modo simples que houve um fracasso da onda progressista na América Latina. Buscou-se compreender, com visão crítica, a não consolidação de mudanças nas estruturas produtivas em associação aos avanços sociais, trazendo algumas dificuldades no processo de integração produtiva e comercial da região.

A submissão das estruturas produtivas e comerciais regionais ao modelo agrário-exportador, vem ocasionado, após o fim do ciclo da alta dos preços das commodities e do esgotamento da capacidade de consumo interno dos países latino-americanos, grandes desacelerações econômicas, importando nas políticas públicas (sobretudo no investimento) e sociais. Restou-se um período na região de vulnerabilidades econômicas e políticas, com o avanço da direita e das práticas neoliberais.

Assim, o esgotamento dos programas progressistas e de esquerda na América Latina vai além do senso de fracasso das políticas econômicas, sociais e mesmo ideológicas adotadas durante mais de uma década. A expressão “em desenvolvimento”, de matriz neoclássica, refere-se a um momento inatingível para o “lado de cá”, diante dos tronos centrais. A aceitação da subordinação durante séculos, com o histórico colonial, o capitalismo tardio e dependente, o padrão concentrador de desenvolvimento, associados ao recente modelo

neoliberal econômico e social, foram aqui demonstrados como elementos histórico estruturais, associados às conjunturas político e econômicas desfavoráveis, determinantes da complexidade dos nossos problemas e da capacidade de mudança estrutural dos mesmos.

Por certo, apesar de democraticamente eleitos e reeleitos, os governos de esquerda não alcançaram todas as estruturas de poder - nem do Estado nem do restante da Sociedade. Apenas de posse do Executivo, com o cargo de presidência da República e cargos no aparelho de Estado relacionado ao governo federal; e de parte do Legislativo, com vagas no parlamento; além de não ocupar papéis centrais nos meios de comunicação, e de não deslançar um processo de democratização da mídia; bem como de tornar o poder judiciário mais transparente e efetivamente mais social, ampliando o acesso da população à justiça; as relações de poder e a hegemonia política e ideológica praticamente se mantiveram inalteradas. Cabe lembrar, ainda, que o Brasil é um país federativo único, onde o poder local e regional, traduzido pelos mais de cinco mil municípios além dos estados da federação, é autônomo e possui estruturas arcaicas e enraizadas de poder. Basta ver o papel que governos regionais e locais tiveram na repressão a movimentos sociais ligados à terra e às periferias urbanas.

Desse modo, concebendo a ousadia periférica ao apontar e direcionar seus próprios caminhos e considerando os baluartes extremamente rígidos de estigmas e imposições dos países centrais, pondera-se pela escolha de combinados progressistas estratégicos e estimulados mutuamente, entre as nações, do que usualmente destilar abstrações de ciclos macroeconômicos como mais benéficos.

Nessa linha, em vistas do ressaltado de governos de direita extremamente imbuídos na retomada do modelo neoliberal, haja vista na Argentina com Macri, no Chile com Piñera e no Brasil com o golpe do Temer, qual será a reação das forças progressistas na região? No Brasil, o que se esperar do processo eleitoral de 2018?

Para além das dúvidas e perguntas conjunturais, cabe constatar a inexistência de clareza e unidade, por parte das forças de esquerda e progressistas, sobre que projeto de país se deseja. Mais ainda, como tornar esse projeto efetivamente participativo do ponto de vista popular, levando em consideração os legítimos anseios e reivindicações daqueles setores (majoritários) da população, sobretudo os não organizados, que ainda não têm voz nem expressão política?

São muitas as perguntas e as inquietações que restam. Fica evidente que não foi possível dar conta de todas elas, no calor dos acontecimentos, neste ensaio.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Roberto Chacon de. *A nacionalização do gás e petróleo na Bolívia à luz do direito internacional*. Disponível em: <file:///C:/Users/home/Downloads/67715-89145-1-PB.pdf> Acesso em: 17 set. 2017.

AMORIM, Celso. Amorim ‘*O que quer que eu faça, que eu invada a Bolívia?*’. 2006. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/amorim-o-que-voce-quer-que-eu-faca-que-eu-invada-a-bolivia-a0ee8lre76dsl3ki0n39fgle6>> Acesso em 17 set. 2017.

\_\_\_\_\_, Celso. Celso Amorim ‘*Queremos a paz. Defender a Venezuela é defender o Brasil*’. 2017. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2017/09/celso-amorim-queremos-a-paz-defender-a-venezuela-defender-o-brasil>> Acesso em 17 set. 2017.

\_\_\_\_\_, Celso. *Celso Amorim: servi como um estadista*. 2017. Disponível em: <<https://www.conversaafiada.com.br/brasil/celso-amorim-servi-como-um-estadista>> Acesso em 17 set. 2017.

BALZA, Guilherme. *Brasil é o grande alvo dos EUA*. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/09/04/brasil-e-o-grande-alvo-dos-eua-diz-jornalista-que-obteve-documentos-de-snowden.htm>> Acesso em: 10 jan. 2017.

BATISTA, Biano Gotelipe Gomes. *O boom do minério de ferro na economia brasileira: houve dutch disease?* Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de PósGraduação do Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. Minas Gerais: 2009, Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp115006.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2017.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O suicídio da ordem jurídica*. 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/973/o-suicidio-da-ordem-juridica>> Acesso em 10 dez. 2017.

BÉRGAMO, Luis Ricardo. *Venezuela tornou-se a maior reserva de petróleo do mundo*. Disponível em: <<http://comunicacao.fflch.usp.br/node/1618>> Acesso em 15 set. 2017.

BRAGA, Roberto Saturnino. *O curso das ideias: história do pensamento político no mundo e no Brasil*. São Paulo: Publisher Brasil e Editora Perseu Abramo, 2009.

BUARQUE, Daniel. *Espionagem dos EUA reforça imagem de Brasil como 'potência global'*. Disponível em: <<https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2015/07/04/espionagem-dos-eua-reforca-imagem-do-brasil-como-potencia-global/>> Acesso em: 10 jan. 2017.

CLÍMACO, Caio. Chávez, Bolívar e a democratização da comunicação. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/04/17/artigo-chavez-bolivar-e-a-democratizacao-da-comunicacao/>> Acesso em 10 mai. 2017.

CODAS, Gustavo; JAKOBSEN, Kjeld; SPINA, Rose. *Livro sobre 10 anos pós ALCA será lançado em Cuba*. 2015. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2015/11/19/livro-sobre-10-anos-pos-alca-sera-lancado-em-cuba/>> Acesso em 10 jan. 2017

CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1987.

CUEVA, Hector de la. *Como se construiu essa vitória*. In: CODAS, Gustavo; JAKOBSEN, Kjeld; SPINA, Rose (Org.). *Alca dez anos: fracasso e alerta as novas negociações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

DANTAS, Rodrigo de Souza. *A herança da ditadura e os impasses estruturais da "modernização" capitalista no Brasil*. In: COUTINHO, Eduardo Granja; IASI, Mauro Luis (Org.). *Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

FATTORELLI, Maria Lucia. *Equador: a experiência da auditoria oficial da dívida pública*. 2010. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/artigo/equador-experi%C3%Aancia-da-auditoria-oficial-da-d%C3%ADvida-p%C3%ABblica>> Acesso em 10 jan. 2017.

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FIORI, José Luís. *O Brasil e o seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI*. In: SADER, Emir (Org.). *10 anos de governo pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FONTES, Virgínia. *Ditadura e democracia: velhos e novos desafios*. In: COUTINHO, Eduardo Granja; IASI, Mauro Luis (Org.). *Ecos do Golpe: a persistência da ditadura 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSER, Igor. *Bolívia (Nossa América Nuestra)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

\_\_\_\_\_, Igor. *O caminho pedregoso da integração energética*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/o-caminho-pedregoso-da-integracao-energetica-4485.html>> Acesso em 10 set. 2017.

GARCIA, Marco Aurélio. *As esquerdas na hora de integração sul-americana* (roteiros de discussão). Brasília, 2013. Disponível em: <[http://ead.fpabramo.org.br/pluginfile.php/11843/mod\\_folder/intro/NossaAmerica/Texto%20Marco%20Aure%CC%81lio%20Garcia.pdf](http://ead.fpabramo.org.br/pluginfile.php/11843/mod_folder/intro/NossaAmerica/Texto%20Marco%20Aure%CC%81lio%20Garcia.pdf)> Acesso em 10 out. 2017.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. L&M Editores, 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *O futuro do Mercosul*. 2012. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/node/8517>> Acesso em 18 set. 2017.

JUSTO, Marcelo. *Queda das commodities sugere fim de ciclo de crescimento na América Latina*. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520\\_commodities\\_queda\\_crescimento\\_america\\_latina\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb)> Acesso em: 18 set. 2017.

LEITE, M.V. Chialatto, 2017. *Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (Tese de Doutorado).

LINERA, Álvaro Garcia. *O povo boliviano vive a maior revolução social*. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/506516-o-povo-boliviano-vive-a-maior-revolucao-social-afirmagarcia-linera>> Acesso em 10 set. 2017.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *O Estado Plurinacional na América Latina*. 2010. Disponível em: <<http://joseluizquadrodemagalhaes.blogstop/2010/09/41-Pluralidade-clima-conferencia.html>>. Acesso em: 02 set. 2017.

MARINGONI, Gilberto. *Quem foi Simon Bolívar, o pai do tão falado bolivarianismo*. 2014. Disponível em <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/quem-foi-simon-bolivar/>> Acesso em 10 jul. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *A crise do desenvolvimentismo*. In: Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Dialética da Dependência*. In: TRASPADINI, R. & STÉDILE, J. P. (org.) Ruy Mauro: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa editorial, 2007. p. 117-148.

NASSER, Rabih Ali. *Consequências do reconhecimento da China como economia de mercado*. 2005. Disponível em: <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/consequ%C3%A2ncias-do-reconhecimento-da-china-como-economia-de-mercado>> Acesso em 05 mai. 2017.

NASSIF, Luis. *A integração energética na América do Sul*. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/a-integracao-energetica-na-america-do-sul>> Acesso em 17 set. 2017.

OLIVEIRA, Eliane. *China vai anunciar investimentos de US\$ 53,3 bilhões no Brasil*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/china-vai-anunciar-investimentos-de-us-533-bilhoes-no-brasil-16130611>> Acesso em 18 mai. 2017.

PECEQUILO, C.; CARMO, C.A. *O Brasil e a América do Sul: relações regionais e globais*. 2015. Disponível em: <[http://ead.fpabramo.org.br/pluginfile.php/14382/mod\\_folder/intro/NossaAmerica/M9\\_OBrazileAAmericadoSul\\_Pecequilo\\_Carmo.pdf](http://ead.fpabramo.org.br/pluginfile.php/14382/mod_folder/intro/NossaAmerica/M9_OBrazileAAmericadoSul_Pecequilo_Carmo.pdf)> Acesso em 10 set. 2017.

PINTO, Messias de Sá. *A Área de Livre Comércio das Américas e os interesses da União Européia na América Latina*. Tese de doutorado apresentada à Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. Braga: 2004, 196p. Disponível em: disponível em: <[https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/866/2/Cap+I\\_1.1+-+1.2++1.3\\_.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/866/2/Cap+I_1.1+-+1.2++1.3_.pdf)> - Acesso em: 12 abr. 2011.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

ROCHA, Fernando. *Reversão dos ganhos de termos de troca*. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/financas/3858310/reversao-dos-ganhos-de-terminos-de-troca>> Acesso em 05 mai.2017.

RODRIGUES, Alexandre. *Afinal, por que estão espionando o Brasil?* Disponível em: <<https://super.abril.com.br/saude/afinal-por-que-estao-espionando-o-brasil/>> Acesso em 10 jan. 2017.

SADER, Emir. *A década da América Latina*. Artigo publicado originalmente no Correio Braziliense em Janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art430.asp>> Acesso em: 10 ago. 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Para uma concepção multicultural de direitos humanos*.

[2001] Disponível em:

<[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao\\_multicultural\\_direitos\\_humanos\\_RCCS48.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF)> Acesso em: 08 set. 2017.

SARTI, F., 2001. *Internacionalização comercial e produtiva no MERCOSUL nos anos 90*. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Economia (Tese de Doutorado).

SERAFINI, Mariana. *Equador completa 10 anos de Revolução Cidadã*. [2017]

Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/292206-1>> Acesso em 14 set. 2017.

SOARES, Laura Tavares. *Os custos sociais do avanço neoliberal no Brasil*. In: El ajuste estructural en América Latina - Costos sociales y alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 1999.

\_\_\_\_\_, Laura Tavares. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes - Coleção A Outra Margem, 2001.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves; TRINDADE, Thiago. *Protestos à direita no Brasil (2007-2015)*. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; CODAS, Gustavo; KAYSEL, André (Org.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

WANSETTO, Rosilene. *A derrocada da Alca: 10 anos de luta e resistência*. Como se construiu essa vitória. In: CODAS, Gustavo; JAKOBSEN, Kjeld; SPINA, Rose (Org.). *Alca dez anos: fracasso e alerta as novas negociações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.